



1 CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

2 URC LESTE MINEIRO

3 ÍNTEGRA DA ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 26/06/2012

4 LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – muito
5 boa tarde a todos e a todas, peço aos senhores conselheiros que tomem seus lugares para que
6 possamos verificar se há quorum de instalação. Mais uma vez boa tarde a todos e a todas, vamos
7 dar início a 80ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada do Leste Mineiro às
8 13hs47min com execução do Hino Nacional Brasileiro. Senhoras e senhores, é com satisfação
9 que retorno à Governador Valadares mais uma vez pra presidir os trabalhos dessa Unidade
10 Regional Colegiada, infelizmente no mês passado eu não pude estar aqui com vocês mas, o
11 nosso diretor de controle processual, Dr. Wander José Torres de Azevedo, foi designado para
12 presidir a reunião e aqui esteve né, nosso diretor de controle processual da Zona da Mata, eu
13 estava envolvido com outros compromissos, com o Projeto Governança em Rede, e por conta
14 disso não pude estar aqui mas, hoje novamente né, Maria Helena, estou aqui e é com muita
15 alegria que trago mais uma vez um abraço do nosso secretário Adriano Magalhães e do nosso
16 secretário-adjunto e presidente dessa Unidade Regional Colegiada Dr. Danilo Vieira Júnior.
17 Passo então ao **item 3 comunicado dos conselheiros**, aberta a palavra. não havendo nenhum
18 comunicado, eu passo ao **item 4 Exame da Ata da 79ª RO de 15/05/2012**.a ata foi
19 disponibilizada no site da SEMAD, em discussão, em votação, aqueles que são pela aprovação
20 da Ata da 79ª RO de 15/05/2012 permaneçam como estão, APROVADA. Como de praxe vou
21 começar a leitura dos processos que não são objetos de pedidos de vista ou de destaque feitos na
22 reunião anterior, então eu começo pelo item 7, peço atenção dos senhores pra que indiquem a
23 necessidade de algum destaque ou de algum pedido de vistas, **item 7. Processos**
24 **Administrativos para exame da Licença de Operação: 7.1** Indústria de Baterias Raiom Ltda. -
25 Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores. - Governador Valadares /MG - PA/Nº
26 01964/2002/006/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram LM. Algum destaque? Sem destaque.
27 **7.2** Rede Gefis Postos de Serviços Ltda. - Posto Revendedor - Engenheiro Caldas/MG - PA/Nº
28 01505/2001/002/2012 - Classe 5 - Apresentação: Supram LM. Algum destaque? Sem destaque
29 dos conselheiros, mas há um destaque da SUPRAM. **Item 8. Processo Administrativo para**
30 **exame da Licença de Operação Corretiva: 8.1** Laticínio Mania Ltda. - Preparação do leite e
31 fabricação de produtos de laticínios. - Ipatinga/MG - PA/Nº 06640/2006/002/2011 - Classe 3 -
32 Apresentação: Supram LM. Destaque da conselheira Waleska. **Item 9. Processos**
33 **Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação: 9.1** Belmont
34 Mineração Ltda. - Lavra a céu aberto com tratamento a úmido, minerais não metálicos, exceto
35 em áreas cársticas; lavra subterrânea com tratamento a úmido (pegmatitos e gemas), pilhas de
36 rejeito/estéril. Itabira/MG - PA/Nº 00062/1994/009/2010 - DNPM 831142/1978 - Classe 5 -
37 Apresentação: Supram LM. Algum destaque? Destaque da SEDE. **9.2** Mafrial Matadouro e
38 Frigorífico Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos);
39 industrialização da carne, inclusive desossa, charqueada e preparação de conservas;
40 processamento de subprodutos de origem animal para produção de sebo, óleos e farinha -
41 Governador Valadares/MG - PA/Nº 23770/2005/005/2012 - Classe 5 - Apresentação: Supram
42 LM. Destaque FIEMG. **Item 10. Processo Administrativo para exame de Prorrogação de**
43 **Prazo para Atendimento de Condicionante da Licença Prévia: 10.1** Departamento Nacional
44 de Infra-estrutura de Transportes - DNIT - 381- MG sub-trecho: km 450 (Int.MG 020) - km
45 143,61 (Int.BR 116/MG) - Pavimentação e ou melhoramento de rodovias; Implantação ou
46 duplicação de rodovia. - Governador Valadares/MG - PA/Nº 01323/2007/001/2007 - Classe 6 -



47 Apresentação: Supram LM. Sem destaque. **Item 11. Processo Administrativo para exame de**
48 **Prorrogação de Prazo para Atendimento de Condicionante de Revalidação da Licença de**
49 **Operação:** 11.1 Usiminas Mecânica S/A. - Construção, montagem e reparação de veículos
50 ferroviários; fabricação de estruturas metálicas e artefatos de trefilados de ferro, aço e de metais
51 não-ferrosos. - Santana do Paraíso/MG - PA/Nº 00309/1997/004/2010 - Classe 5 - Apresentação:
52 Supram LM. Algum destaque? Sem destaque. Então aqueles itens que não foram objetos de
53 destaques por parte dos senhores vou colocar em votação. **item 7.** Processos Administrativos
54 para exame da Licença de Operação: 7.1 Indústria de Baterias Raiom Ltda. - Fabricação de
55 pilhas, baterias e acumuladores. - Governador Valadares /MG - PA/Nº 01964/2002/006/2011 -
56 Classe 3 - Apresentação: Supram LM. Temos um inscrito aqui pelo empreendedor, não quer se
57 manifestar? Então eu coloco em votação o item 7.1, aqueles que são pela aprovação do parecer
58 único da SUPRAM permaneçam como estão, APROVADO. **Item 10.** Processo Administrativo
59 para exame de Prorrogação de Prazo para Atendimento de Condicionante da Licença Prévia:
60 10.1 Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT - 381- MG sub-trecho: km
61 450 (Int.MG 020) - km 143,61 (Int.BR 116/MG) - Pavimentação e ou melhoramento de
62 rodovias; Implantação ou duplicação de rodovia. - Governador Valadares/MG - PA/Nº
63 01323/2007/001/2007 - Classe 6 - Apresentação: Supram LM. Não temos nenhum inscrito, vou
64 colocar então em votação o parecer da SUPRAM, aqueles que são pela aprovação do parecer
65 único da SUPRAM permaneçam como estão, APROVADO. **Item 11.** Processo Administrativo
66 para exame de Prorrogação de Prazo para Atendimento de Condicionante de Revalidação da
67 Licença de Operação: 11.1 Usiminas Mecânica S/A. - Construção, montagem e reparação de
68 veículos ferroviários; fabricação de estruturas metálicas e artefatos de trefilados de ferro, aço e
69 de metais não-ferrosos. - Santana do Paraíso/MG - PA/Nº 00309/1997/004/2010 - Classe 5 -
70 Apresentação: Supram LM. Temos um inscrito, quer se manifestar? Não? Então em votação,
71 aqueles que são pela aprovação do parecer único da SUPRAM permaneçam como estão,
72 APROVADO. Pois bem conselheiros, vamos então dar início ao exame dos processos em que
73 foram pedido vistas na reunião passada e logo em seguida, aqueles que foram objetos de
74 destaque hoje. **Item 5.** Processo Administrativo para exame da Licença de Operação - Concedida
75 “Ad Referendum”: 5.1 Mucuri Energética S.A. - PCH Mucuri - Barragem de geração de energia
76 - hidrelétrica - Carlos Chagas e Pavão/MG - PA/Nº 07299/2007/005/2012 - Classe 5 -
77 Apresentação: Supram LM. **RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Leonardo Castro**
78 **Maia representante da PGJ, Denise Bernardes Couto representante da FIEMG, Wilson**
79 **Starling Junior representante da SEDE e Alice L.F. Godinho representante do Movimento**
80 **Pró Rio todos os Santos e Mucuri.** Então com a palavra, os conselheiros para apresentação dos
81 pareceres ou dos relatórios de vista. Podemos seguir ordem colocada aqui na pauta, primeiro
82 seria o conselheiro Leonardo Castro Maia, representante do Ministério Público. ALICE
83 LORENTZ DE FARIA GODINHO, MOV. PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – me
84 foi cedida a fala, boa tarde a todos e a todas, e mais uma vez eu volta a falar sobre as
85 dificuldades inerentes da sociedade civil na participação desses conceitos, infelizmente faltam-
86 nos com certeza o conhecimento técnico que nos permitiria a avaliar com precisão tudo aquilo
87 que nos é apresentado, eu li com bastante interesse e até um pouco entusiasmada porque aprendi
88 bastante, quero cumprimentar os empreendedores porque o que eu li ali me pareceu muito bem
89 escrito, muito bem documentado, muito coerente, e a outra parte que seria talvez muito mais
90 importante me faltava o conhecimento técnico adequado para avaliar, inclusive a documentação
91 apresentada, mas me parece que toda aquela documentação supria aquilo o objetivo pretendido,
92 então eu cumprimento realmente aos empreendedores, mas eu tenho algumas perguntas que me
93 acometeram à medida que eu fui lendo, primeiro eu vou fazer as perguntas todas e as respostas
94 viriam depois pra não atrasar, pra não abusar da paciência dos senhores conselheiros e antes de
95 qualquer coisa eu gostaria de saber quem são os representantes da sociedade civil aqui no



96 conselho, sociedade civil, mais alguém? Três representantes da sociedade civil? Quatro,
97 obrigada. Bem, a primeira pergunta seria a seguinte - as condicionantes propostas foram todas
98 atendidas? Todas resolvidas? Segunda – a licença ad’referendum levou em consideração a
99 avaliação ambiental integrada, em momento algum eu vi uma menção a esse assunto. Terceira –
100 a transposição de peixes, ela já está funcionando? Não está na hora ainda? Quando vai começar
101 funcionar? Principalmente levando em consideração a grande matança de peixe que aconteceu e
102 houve uma explicação no mínimo curiosa, porque disseram assim, no máximo tinha muito era
103 tilápia, como se as tilápias pudessem ser mortas, a outra coisa que me interessou muito que eu ia
104 lendo, até porque eu estava aprendendo e muito, eu quero dizer pra vocês um dos objetos do
105 Movimento Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri na sua atuação no Vale do Mucuri é entre as
106 questões ambientais, a recuperação ambiental e socioeconômica daquela região que normalmente
107 foi absolutamente ignorada pelos governos estaduais anteriores que apresenta o mais baixo e
108 IDH do estado de Minas Gerais, nós estamos disputando bravamente com Jequitinhonha pra
109 saber quem está pior e às vezes eu acho que a gente ganha, é uma região que perdeu muito da sua
110 identidade histórica e cultural, então um dos nossos objetivos está dizendo aqui nesse livro que
111 foi publicado a recuperação da nossa identidade histórica e cultural sem as quais não teremos o
112 reconhecimento da Nação, então quando eu vi naquilo que eu estava lendo, a preocupação com o
113 estudo patrimonial da região eu fiquei absolutamente entusiasmado, e é um assunto que me
114 interessa, comecei a ler falando sobre a questão da bacia do Doce, continuei, continuei achando
115 muito interessante falando sobre as nossas aborígenes, o quê que aconteceu, a dizimação, falei,
116 bom, vai chegar no São Mateus ou no Mucuri, e continuei lendo, até chegar na proposta de
117 recuperação desse patrimônio, desse estudo patrimonial na região da cidade do Mucuri, do Pena,
118 onde a PCH está sendo construída, e pra surpresa minha, senhores, o empreendimento é no rio
119 Todos os Santos, na bacia do Mucuri e até o material que vai ser destinado a recuperar a
120 identidade histórica e cultural da região que foi dado para os quilombolas e para as escolas trata
121 da bacia do Doce, bacia estadual rio Todos os Santos, bacia federal rio Doce, bacia hidrográfica
122 do rio Doce, esse empreendimento pro bem ou para o mal ele está localizado na bacia
123 hidrográfica do rio Mucuri, é uma bacia federal que nasce em Minas e termina em Mucuri lá na
124 Bahia, e todas as manifestações, tudo que ali estava escrito tratava da bacia do Doce, então essa é
125 uma dúvida que me deixou **estupefata**, o empreendimento está na bacia do Doce ou na bacia do
126 Mucuri? Infelizmente eu deveria ter trazido o número da página onde isso está sendo relatado, aí
127 vem a outra pergunta, será que na análise das questões ambientais da topografia da questão
128 hídrica foi tratado ali o Mucuri ou Doce? Pra mim senhores, apesar da qualidade da apresentação
129 do empreendedor esse é um fato imperdoável. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
130 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – muito obrigado conselheira. Vamos aos demais
131 relatos para que a equipe ao final possa fazer suas exposições. LEONARDO CASTRO MAIA,
132 MINISTÉRIO PÚBLICO – pra esse processo eu vou me declarar impedido, porque eu participei
133 de um acordo com o empreendedor né, o TAC, e eu pedi vista pra examinar algumas questões,
134 eu até me escrevi como Ministério Público, a pessoa interessado na condição de , é, a Instituição
135 do Ministério Público da junção que fez o ajuste com o empreendedor né, então tem interesse de
136 esclarecimentos, então eu não vou votar, não vou participar da votação. LEONARDO
137 SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok conselheiro, com
138 relação a esse termo de ajustamento de conduta e com relação às questões que o senhor quer
139 apresentar, o senhor não entende que é esse o momento? LEONARDO CASTRO MAIA,
140 MINISTÉRIO PÚBLICO – na verdade eu não tenho questões a apresentar não, pelo contrário, as
141 questões estavam pendentes, ela foram objeto do ajuste, as questões constatados foram objetos
142 do ajuste, eu tenho interesse é no processo de licenciamento, em acompanhá-lo e não na
143 condição de conselheiro ao impedimento de ordem pessoal, não da instituição do Ministério
144 Público, mas eu tenho interesse com esclarecimentos, empreendedor já deu, deve dar agora, a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

145 senhora Alice questionou à SUPRAM, nosso acordo é justamente para regularização do processo
146 de licenciamento nesse processo especificamente né, nesse contexto até existem cláusulas,
147 questão do Pacuera, da APP, de cumprimento de condicionantes, etc e tal, mas da nossa parte
148 não há nenhum óbice por enquanto ao prosseguimentos do processo normalmente regularmente.
149 LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok
150 então, não vai se manifestar e nem necessitar nenhum esclarecimento da equipe, com relação a
151 nenhum ponto? LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO – e os pontos são
152 esses que a senhora Alice já colocou. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
153 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok obrigado, conselheiro Wilson. WILSON
154 STARLING, SEDE – primeiro está sendo uma experiência nova pra mim poder estar junto com
155 a Denise que já tem experiência, estar estudando esse processo todo pra gente dar um parecer, e
156 o fato que chamou atenção que agora no mês de abril agora, o IFAM expediu por meio de
157 portaria permissão para o projeto de resgate arqueológico na área de intervenção da PCH
158 Mucuri, por outro lado, também foi apresentado o plano ambiental de uso do entorno do
159 reservatório artificial que é o Pacuera, esse plano foi aprovado pela equipe técnica com as
160 realizações de reuniões públicas sobre o mesmo, existe um TAC assinado com o Ministério
161 Público sobre a questão do atraso de condicionante, especialmente questão de reserva legal e
162 também nós tivemos, fiz questão, Dr. Leonardo, de verificar questão da licença ad’referendum
163 exatamente pra que amanhã ou depois a gente, então a gente verificou na forma legal havia
164 legitimidade de quem concedeu a licença ela está fundamentada em parecer técnico da equipe da
165 SUPRAM e então nós, tanto eu quanto a Denise fizemos o nosso parecer pelo deferimento da
166 licença de operação nos termos do parecer nº 314730/2012 elaborado pela equipe da SUPRAM
167 do Leste Mineiro, é o que a gente tinha a fazer de colocação, muito obrigado, e acho que posso
168 fazer das minhas palavras as próprias palavras da Denise também. LEONARDO SORBLINY
169 SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – por favor, gostaria que a FIEMG se
170 manifestasse também pra ficar registrado. GLAUTIERE DE PAIVA GOMES, FIEMG – a
171 FIEMG é favorável ao processo conforme o parecer da SUPRAM. LEONARDO SORBLINY
172 SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – o parecer foi em conjunto?
173 GLAUTIERE DE PAIVA GOMES, FIEMG – sim, em conjunto. LEONARDO SORBLINY
174 SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – em discussão. SARGENTO
175 EDSON LOPES FERREIRA, POLÍCIA AMBIENTAL – é, olhando os autos, apesar do Pacuera
176 aprovado, eu gostaria de saber como tratou esse Pacuera, qual a margem, qual a distância, qual a
177 área de preservação do Pacuera, se foi com 30 metros, se foi com 40, se foi com 50, se foi com
178 100, não está bem claro aqui nos autos. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
179 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – mais alguma questão senhores? Então eu vou
180 passar a palavra à SUPRAM e logo em seguida ao empreendedor caso queira se manifestar para
181 prestar os esclarecimentos solicitados. Eu peço a equipe da SUPRAM que aguarde um minuto,
182 por favor, que a conselheira Alice não está presente, ok. ALICE LORENTZ DE FARIA
183 GODINHO, MOVIMENTO PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – os senhores me
184 desculpem, é uma chamada lá da região da PCH Mucuri com algumas outras informações a
185 respeito dos danos e de alguns problemas que aconteceram lá, mas que infelizmente vieram
186 agora pro meu computador, não tive tempo de procurar. LEONARDO SORBLINY
187 SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – nós estávamos aguardando a
188 senhora retornar pra poder iniciar os esclarecimentos, sem menor problema, por favor então,
189 SUPRAM. PATRIC, SUPRAM LESTE – boa tarde a todos, quanto aos questionamentos da D.
190 Alice, primeiro se as condicionantes foram todas atendidas, as condicionantes das licença de
191 instalação elas estão relatados no parecer de licença de operação, algumas foram descumpridas,
192 só que isso foi relatado aí e as condicionantes da licença de operação a gente não tem como dizer
193 no momento se foram cumpridas ou não, por que? A gente observou no SIAM alguns protocolos



194 de atendimentos de condicionantes, principalmente essas com prazo de 30 dias para atendimento,
195 só que a gente não entrou no conteúdo, até porque a gente não sabia que essa era um tipo de
196 questionamento da senhora no momento, são 39 condicionantes, então não tem como a gente
197 falar aqui, a maioria delas vão ser executadas ao longo da vigência da licença, não tem a gente
198 falar de prontidão quais foram atendidas no momento da licença de operação, se levou em
199 consideração a avaliação ambiental integrada. ALICE LORENTZ DE FARIA GODINHO,
200 MOV. PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – um minutinho, a respeito disso que você
201 respondeu, qual é o procedimento em caso de condicionantes não serem cumpridas ou não poder
202 se verificar se foram cumpridas ou não. PATRIC, SUPRAM LESTE – não, verificar a gente
203 pode, só que nesse momento aqui agora não tem como, porque eu estaria que estar entrando no
204 site do SIAM pra saber se protocolou, analisar o documento, a gente pode verificar se foi
205 cumpridas as condicionantes que já tiveram os prazos esgotados. ALICE LORENTZ DE FARIA
206 GODINHO, MOV. PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – e no caso de não terem sido
207 cumpridas, o quê que acontece? PATRIC, SUPRAM LESTE – auto de infração. ALICE
208 LORENTZ DE FARIA GODINHO, MOV. PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – ok,
209 obrigada. PATRIC, SUPRAM LESTE – quanto a, se a LO levou em consideração avaliação
210 ambiental integrada, essa de operação ela veio pra pauta, se não me engano depois do decreto da
211 DN que solicita essa avaliação ambiental integrada então não levou em consideração essa
212 avaliação, essa é a resposta. E da transposição de peixes. ALICE LORENTZ DE FARIA
213 GODINHO, MOV. PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – o quê que justifica não ter
214 sido levada em consideração? PATRIC, SUPRAM LESTE – porque, é, a gente até, se não me
215 engano, isso começou com a PCH Canastra, foi um objeto de uma moção aqui desse conselho
216 que não seria pedido a avaliação ambiental integrada, certo, aí veio o processo da PCH Canastra,
217 aqui o conselho colocou uma condicionante que fosse feita, que não tinha levado em
218 consideração, que fosse feito essa avaliação ambiental integrada a partir daí sai uma DN do
219 Estado solicitando em quais bacias deveriam ser feita essa avaliação ambiental integrada, só que
220 esse processo, ele veio pra pauta antes da DN, por isso que não foi levado em consideração.
221 ALICE LORENTZ DE FARIA GODINHO, MOV. PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E
222 MUCURI – a tá, obrigada. PAULO, SUPRAM LESTE – bom, com relação a transposição de
223 peixes, há um programa de transposição de peixe que vai ser feito através de elevador com
224 seleção manual que é no que a gente tem hoje é a melhor condição pra transposição de peixe, né,
225 porque uma escada, por exemplo, se você põe uma escada pode subir peixes exóticos que pra
226 bacia não seria o ideal, né, então quando você põe o elevador e uma seleção manual, você pode
227 ali escolher o peixe alvo né, o peixe que faz a transposição, que vai ser feito através de caminhão
228 tanque, então do que a gente tem hoje essa metodologia é melhor, é, e aí vai ser avaliado no
229 primeiro período de piracema, que vai começar mais pro final de ano, a efetividade desse
230 programa, então a gente tem que esperar um pouco pra ver se esse programa vai funcionar, como
231 vão funcionar e a partir daí ajustando pra que essa transposição ocorra da melhor maneira
232 possível, né, há uma vantagem nesse caso agora também, porque logo a montante, logo a jusante
233 não há nenhuma hidrelétrica, então isso também ajuda né, porque ao passar pra montante da
234 hidrelétrica PCH Mucuri né, e a montante não vai ter nenhuma outra hidrelétrica, então isso é
235 uma vantagem também. Aí a outra questão da APP né, na verdade a APP ela foi, ela é variável,
236 foi variável em 30, 45 e 100 metros né, de acordo, nos moldes da CONAMA 302, então é feito
237 uma análise de acordo com os critérios da CONAMA 302 né, critérios físicos, critérios biótico e
238 sociais, e aí essa APP com faixa variável com uma área total de 565 hectares, item 6.4, página
239 13. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA –
240 conselheira Waleska. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – em relação ao
241 questionamento que a Alice falou sobre as análises ambientais referindo à bacia, qual bacia essas
242 análises ambientais foram feitas, que ela questionou? LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,



243 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – conselheira, conselheira, fala ao microfone, por
244 favor. ALICE LORENTZ DE FARIA GODINHO, MOV. PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E
245 MUCURI – eu percebi ao ler, até muito interessada sobre a evolução do estudo patrimonial,
246 esperando chegar no Mucuri mas fiquei no Doce, cheguei lá não, eu tive inclusive uma pessoa
247 que estava nos ajudando, eu vi, eu não sei, um espécie de um encarte que caracteriza, coloca
248 bacia e tal, eu pedi pra tirar um xérox pra trazer, só que nós estamos tendo uma virose que está
249 derrubando todo mundo e isso não chegou às minhas mãos, mas eu gostaria de trazer que está
250 dentro do processo lá, bacia estadual rio Todos os Santos, bacia federal rio Doce, isso é no
251 mínimo um descaso com a região. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE –
252 isso é no mínimo né, uma falta de, vamos falar assim, de uns estudos mais apurados.
253 LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – eu vou
254 passar a palavra ao empreendedor pra que ele se manifeste, temos alguns inscritos aqui.
255 DANIEL DE FREITAS, PCH MUCURI – boa tarde a todos, eu vou responder aqui, eu anotei as
256 questões que a D. Alice levantou, das condicionantes, o cumprimento das condicionantes, o
257 laudo foi feito antes da concessão da LO, técnicos da SUPRAM que estiveram lá na obra, citam
258 duas condicionantes não cumpridas da LI e uma condicionante da LO que teria que ter sido
259 cumprida antes do enchimento do reservatório também não foi, então são três condicionantes, é,
260 até eu já expliquei isso aqui na reunião passada, a condicionante da LI que não foi cumprida, a
261 primeira, diz respeito a um descarregador de fundo, como é que vai ser operado um descarregaor
262 de fundo da barragem, eu já esclareci, essa barragem não tem o descarregador de fundo, é uma
263 barragem de geração a fio d’água, portanto não tem o descarregador de fundo, no projeto tem o
264 túnel de desvio do rio e o técnico que analisou confundiu com descarregador de fundo, então
265 essa é a condicionante que não foi cumprida, nº 1 da LI. A condicionante 2 da LI que não foi
266 cumprida que está no laudo, na autuação, até que a SUPRAM nos fez, diz respeito a destinação
267 do material lenhoso do desmatamento, toda a lenha, nós nos propúnhamos e vamos cumprir,
268 vender essa lenha, dar uma destinação comercial a ela, e a receita resultante disso é destinada a
269 entidades filantrópicas da região, é, o que ocorreu foi o seguinte, até vou dar a minha explicação,
270 se a SUPRAM estiver outra, a minha explicação é que com a integração da SUPRAM com o IEF
271 está havendo um problema de comunicação dos sistemas digitais, então nós já pagamos todas as
272 taxas pra transporte dessa lenha, só que o IEF não consegue cadastrar isso no seu sistema digital
273 pra nos emitir as guias pra transporte, nós não vamos fazer o transporte sem a guia do IEF, então
274 toda a lenha tirada foi depositada num terreno que nós estamos pagando aluguel ao lodo da usina
275 e, eu já fiz alguns ofícios dirigidos ao IEF e a SUPRAM pedindo uma solução uma vez que o
276 material foi retirado, que as taxas já foram pagas e até corre-se o risco de um incêndio, esse
277 material, quem conhece um pouco aqui sabe que ele que se hidrata, a lenha vai secando cada vez
278 mais e o risco de incêndio é bastante alto, eu tenho insistido e oficialmente insistido,
279 formalmente com a SUPRAM e o IEF pela emissão dessas guias pra que eu poça dar essa
280 destinação e também dos recursos das entidades filantrópicas, então de LI as duas condicionantes
281 que ficaram, que foram objetos de autuação, dos técnicos da SUPRAM foram essas duas, e havia
282 uma condicionante na LO que deveria ter sido cumprida antes do enchimento do reservatório que
283 não foi, foi por um equívoco meu, eu expliquei aqui também, a condicionante diz o seguinte, eu
284 entendi que eu deveria responder se estivesse havido interferência na estrada que liga cidade de
285 Teófilo Otoni ao distrito de Maravilha e, não há nenhuma interferência, a estrada não sofreu
286 nenhuma interferência, nenhuma interferência, nenhuma melhora, nenhuma piora, nem foi usada
287 por nós porque ela tem outro sentido, então devido a essa eu entendi que eu deveria responder a
288 condicionante se houvesse a interferência, como não houve eu não respondi, imediatamente a
289 SUPRAM nos autou e pediu o mapa com o desenho da estrada, o desenho do reservatório,
290 mostrando que não é essa interferência, e no dia seguinte eu entreguei e não houve nenhum
291 problema, então essas são, agora com respeito aos estudos integrados, a legislação exige hoje, é



292 feito, é praxe hoje ainda os estudos de inventário de uma bacia são feitos de forma integrada, a
293 ANEEL exige assim e são feitos de forma integrada, então os primeiros estudos ambientais que
294 fazem parte, é o capítulo ambiental dos estudos de inventário são feitos de forma integrada,
295 sendo aprovado pela ANEEL a partição do rio e os aproveitamentos hidrelétricos, cada
296 aproveitamento tem seu estudo individualizado e foi dessa forma que foi executado o estudo da
297 PCH Mucuri. Com respeito a transposição de peixe o sistema nossa é o mesmo sistema, foram
298 estudadas várias alternativas, o engenheiro da SUPRAM respondeu, mas a alternativa melhor
299 que foi detectada pelos técnicos da SUPRAM pelo estado de Minas pra esse tipo de rio é
300 realmente o elevador porque aqui tem espécies que não, é muito alto a queda né, as espécies não
301 conseguiriam subir, ela não tem fôlego pra subir, de outro lado subiriam peixes exóticos, até
302 aproveitando quando a senhora mencionou as tilápias, realmente é desejável no rio Mucuri que
303 duas espécies que são exóticas e que estão acabando com a ictiofauna do rio Mucuri são o bagre
304 africano e a tilápia, então são desejáveis que esses peixes sejam realmente eliminados, porque é
305 muito difíceis, com a transposição manual a gente seleciona, eles não passam, pelo menos foi a
306 explicação que foi dada. A quarta questão com respeito aos estudos arqueológicos, eu entendi
307 que são os estudos do patrimônios arqueológicos pra região, os estudos arqueológicos dizem
308 respeito à ocupação da área no passado, então muitas das vezes há, e há ligações, eu não sei aqui
309 exatamente ao que a senhora se refere, os estudos são todos feitos pra PCH Mucuri, mas muitas
310 das vezes se remete à bacia do rio Doce, as populações, a ocupação se deu entre as duas bacias e
311 há interligações, por esse motivo, eu estou presumindo que seja por esse motivo que as
312 populações à margem do rio Doce tenham sido citadas em algum momento. E respondendo
313 agora a pergunta que fez o senhor representante da polícia militar com respeito ao Pacuera, até o
314 Pacuera foi o principal item do acordo que foi feito com o Ministério Público Estadual, há APP
315 aprovada de acordo com a Resolução 312 do CONAMA, a APP aprovada pra PCH Mucuri foi
316 de 30 metros de largura ao longo de todo o reservatório, até fazer um parênteses aqui e explicar,
317 pra vocês terem uma idéia, o rio Mucuri é um dos rios mais detonados com respeito ao
318 desmatamento de suas margens da APP, nós pra construirmos essa barragem ao longo de 21 km
319 de rio, desmatamos apenas 11 hectares, uma APP com 30 metros significaria 330 hectares, a
320 gente reperia no lugar de 11, 330, e foi dessa forma que foi aprovado, o Ministério Público nos
321 mostrou que existem outras posições a respeito disso, posições inclusive com embasamento
322 legal, discutimos e o Ministério exigia uma dimensão de 100 metros no entorno de todo o
323 reservatório e como não era possível devido a ocupação e as atividades econômicas que são
324 praticadas lá, ia haver um prejuízo muito grande, o Ministério nos orientou e nós estamos dentro
325 desse acordo cumprindo uma APP variável, que ela vai no mínimo de 30 e máximo de 100, onde
326 foi possível instalar a APP em metros e aonde não foi possível nos pediu uma compensação, e
327 nós adquirimos já a área pra compensar, então nós estamos dando uma área, uma área de reserva,
328 uma unidade de conservação correspondente à diferença de 30 pra 100 onde não foi possível
329 colocar os 100, mais 240 hectares que não foi possível colocar na margem do reservatório, mas
330 que será feita uma unidade de conservação em forma de reserva particular de patrimônio
331 nacional, eu espero ter respondido então, e estou a disposição pra qualquer outras perguntas que
332 fizer necessário, muito obrigado. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
333 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok, obrigado senhor Daniel, conselheira, por favor.
334 ALICE LORENTZ DE FARIA GODINHO, MOV. PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E
335 MUCURI – eu agradeço a atenção do representante do empreendedor, mas voltando à questão da
336 bacia hidrográfica, nós estamos numa luta há muito tempo para que os licenciamentos
337 ambientais sejam, considerem o território das bacias hidrográficas, eu já tive a oportunidade de
338 dizer aqui que o limite municipal, o limite estadual são limites artificiais, o limite verdadeiro é
339 realmente limite da bacia hidrográfica, e eu não sei se o senhor teve a oportunidade de ler o que
340 está escrito lá, eu fiquei tão entusiasmada quando comecei a ler a respeito do estudo patrimonial



341 e, naturalmente cheguei, é capaz de passar pelo São Mateus até chegar lá no Mucuri e eu lamento
342 informá-lo, os estudos foram feitos considerando a bacia hidrográfica do rio Doce, são duas
343 bacias federais que não tem relação nenhuma com a outra e, não foi feito um estudo da relação
344 patril da região do Doce com o Mucuri, até o material, aliás eu pediria aos senhores que nos
345 fosse disponibilizado o material usado para o trabalho com as escolas lá da região, e um outro
346 pedido que eu gostaria de fazer é o seguinte, eu acabei de receber, enquanto fui ali fora atender o
347 telefone, uma manifestação lá da região me mandando um relatório de alguns problemas
348 relacionados a implantação e essa licença é de operação no momento absolutamente que não
349 deveria acontecer, dada a carência de chuvas e, então eu gostaria de pedir que nos fosse
350 concedida ao Movimento Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri e ao comitê da bacia hidrográfica
351 do rio Mucuri e aqui eu falo em nome dos dois, que nos seja concedida a possibilidade de
352 acompanhar o desenrolar da licença de operação nesse empreendimento, o comitê de bacia é
353 diretamente interessado, e o Movimento Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri é a ONG Ambiental
354 que tem uma atuação em toda a região da bacia hidrográfica, eu pediria aos senhores a gentileza
355 de que nos seja dada a oportunidade de acompanhar essa licença de operação. LEONARDO
356 SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – SUPRAM, e logo em
357 seguida o empreendedor. Conselheira, independente de qualquer autorização ou anuência do
358 empreendedor, é compromisso nosso, da SEMAD viabilizar aos senhores o total acesso né, aos
359 empreendimentos licenciados, vou fazer essa interlocução quando necessário e prestar todas
360 informações a todo tempo, então no que depender da SEMAD e tenho certeza que depender do
361 empreendedor será possibilitado esse acesso pra que a senhora ou qualquer outro conselheiro,
362 qualquer cidadão possa acompanhar o desenvolvimento das atividades. ALICE LORENTZ DE
363 FARIA GODINHO, MOV. PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – obrigada, isso me
364 tranqüiliza, e eu gostaria de perguntar ao representante do empreendimento, o senhor tem filhos?
365 Netos, netos também? Isso também me tranqüiliza um pouco, o senhor sabe que nós estamos
366 num sistema fechado que qualquer dano que haja em qualquer lugar acaba se refletindo sobre
367 todos. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA –
368 SUPRAM tem mais alguns esclarecimentos? Pois não. PAULO, SUPRAM LESTE – com
369 relação ao programa de educação patrimonial, na verdade o estudo, ele utilizou dados
370 secundários se referindo a bacia do rio Doce, então foi usado como referência bibliográfica
371 estudos da bacia do rio Doce, mas a execução em si do programa será feito nas escolas nos
372 municípios da bacia do rio Mucuri, e aí posteriormente vão produzir dados para a bacia do rio
373 Mucuri. ALICE LORENTZ DE FARIA GODINHO, MOV. PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E
374 MUCURI – o quê que justifica isso, em lugar de usar dados reais da bacia do Mucuri se pautar
375 no Doce? PAULO, SUPRAM LESTE – é porque, todo estudo, seja biótico, físico ou social você
376 usa dados secundários e pode ser os dados primários, provavelmente na área da bacia do rio
377 Doce há mais dados, referência bibliográficas para serem consultadas e colocadas no estudo, até
378 como um parâmetro para *(falhas na gravação)*. ALICE LORENTZ DE FARIA GODINHO,
379 MOV. PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – *(falhas na gravação)* estudos sobre uma
380 região que não é aquela pertinente aos estudos que estão sendo feitos. LEONARDO SORBLINY
381 SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok, pode. MARIA HELENA,
382 SUPRAM LESTE – boa tarde senhoras e senhores, D. Alice, eu gostaria de tranqüiliza-la, na
383 verdade todo estudo é uma monografia e, como monografia deve ter sido citado algum outro
384 estudo onde aquilo deu certo, nós pesquisadores e a professora Waleska aí está, nós não podemos
385 implantar programa nenhum que vise a qualidade sem citar um outro que tenha dado certo, que
386 tenha sido inclusive aprovado, entendeu D. Alice, depois eu vou conversar direitinho com a
387 senhora, vou mostrar onde é que cita esse trabalho patrimonial na bacia do Doce que foi usado
388 como modelo, só que os estudos vão ser feitos, estão sendo feitos na bacia do Mucuri, é apenas
389 uma citação, por isso que é o estudo secundário, entendeu? E eu fui ali junto com os meninos pra



390 poder conferir. ALICE LORENTZ DE FARIA GODINHO, MOV. PRÓ-RIO TODOS OS
391 SANTOS E MUCURI – lamento Maria Helena, isso deveria estar aqui pra gente ler, pra todo,
392 então, por favor, tragam aqui pra mim, para adiantar e não abusar da paciência dos conselheiros,
393 a gente podia dar andamento aos trabalhos enquanto eu verifico aqui aquilo que é de nosso
394 interesse, por favor. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA
395 DA MATA – ok, mais alguma questão? Empreendedor, por favor. DANIEL DE FREITAS, PCH
396 MUCURI – só me cedendo um pouquinho mais então com respeito aos estudos de arqueologia e
397 de estudo de patrimônio, agora sim foram desenvolvidos os estudos primários dentro da bacia do
398 Mucuri, nós estivemos com uma equipe dois anos, uma equipe de arqueólogos trabalhando lá
399 dentro, foram localizados 16 sítios arqueológicos, dentro da área de inundação ficaram nove
400 sítios arqueológicos, sete foram mapeados nas imediações, os nove sítios arqueológicos foram
401 salvos, e o IFAM, em negociações com o IFAM determinou-se como entidade endossante
402 responsável pela curadoria desse material, a Universidade de Diamantina onde esse material já
403 está depositado, eu tenho o livro Tombo recebido pela Universidade de Diamantina, e ainda só
404 com respeito ao período de defenso, que a senhora perguntou se estaria funcionando, se iria
405 funcionar, o sistema de transposição de peixes funciona exatamente no período de defenso ou
406 piracema, porque com raras variações de alguns anos pra outros ele ocorre em geral de outubro
407 até o final de fevereiro, então o mecanismo de transposição de peixes também estaria a
408 disposição a partir de outubro pra quem quiser conhecer e vê-lo funcionando como já temos o
409 Santa Clara funcionando, e felizmente está funcionando bem. A resposta que eu ia dar com
410 respeito à outra pergunta, o presidente já deu, obrigado. LEONARDO SORBLINY
411 SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – então só gostaria que o senhor
412 ratificasse o acesso da conselheira e de quem mais entender necessário. DANIEL DE FREITAS,
413 PCH MUCURI – perfeitamente, a coisa é bastante transparente, não tem nada que não possa ser
414 visitado de dia, de noite, qualquer hora durante o enchimento, durante a operação da barragem,
415 tanto assim, eu gostaria até o representante da polícia militar se pudesse, se tivesse um contato
416 com o representante da polícia militar ambiental que está presente 24 horas por dia
417 acompanhando o enchimento, inclusive na pessoa do comandante regional acompanhando o
418 enchimento do reservatório, então acho que isso desfaria muito das preocupações que ocorrem às
419 vezes por falta de informação, obrigado. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
420 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok, vou colocar em votação então, já temos
421 condições né, conselheira Alice, essa questão vai influenciar no seu posicionamento, no seu
422 voto? Essa questão levantada pela senhora. ALICE LORENTZ DE FARIA GODINHO, MOV.
423 PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – a respeito da questão do patrimônio, a respeito
424 do estudo patrimonial? LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE
425 ZONA DA MATA – isso, isso, ou a senhora vai esclarecer isso depois? Porque eu quero colocar
426 em votação. ALICE LORENTZ DE FARIA GODINHO, MOV. PRÓ-RIO TODOS OS
427 SANTOS E MUCURI – eu prefiro esclarecer depois porque seria, até eu encontrar isso aqui, eu
428 tenho certeza que vou encontrar, mas vai demorar e eu não acho justo abusar da paciência dos
429 nossos colegas conselheiros, pode dar continuidade. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
430 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok, então em votação, aqueles que são pela
431 aprovação do parecer único da SUPRAM permaneçam como estão, REFERENDADO então a
432 licença de operação para PCH Mucuri. ALICE LORENTZ DE FARIA GODINHO, MOV. PRÓ-
433 RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – agora, um outro aspecto que eu gostaria, que
434 começasse a ser discutido aqui pelo conselho, não só por esse conselho, mas por todos os outros
435 a questão dos licenciamentos ad’referendum, eu não sei como tratar desse assunto, mas está se
436 tornando a cada dia mais incômodo e preocupante, então eu acho que é necessário sim que,
437 quando houver, não deveria haver mas, quando houver licenças ad’referendum que elas sejam
438 totalmente vinculadas à avaliação ambiental integrada, não tem sentido pra ser de outra maneira,



439 com todo respeito que eu tenho pelo secretário Adriano Magalhães, foi num momento de muita
440 fragilidade da bacia que o empreendedor resolveu entrar em operação, causou sim transtorno,
441 mortandade de peixes, pessoas lá que tiveram de mudar sua captação de água pela diminuição de
442 quantidade de água, e eu acabei de receber agora informações de várias, de um relatório a
443 respeito, então foi uma licença ad'referendum num momento de fragilidade que deveria ter sido
444 pautada na questão da avaliação ambiental integrada, é preciso que a gente caminhe pra isso e
445 caminhe também pra questão do licenciamento no território da bacia hidrográfica. LEONARDO
446 SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok, obrigado.
447 LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO – só deixar registrado o impedimento,
448 já está registrado, mas, aproveitando aqui a gancho da senhora Alice, e não estou tratando
449 especificamente do empreendimento, pelo contrário, nós temos um ajuste, estamos satisfeito com
450 o ajuste que nós firmamos com o empreendimento e agora estamos de acordo com a decisão,
451 embora não tenhamos participado da votação, mas eu queria destacar duas coisas que ia até
452 deixar pro final, pros assuntos gerais no final, mas como são rápidas e tem haver com o caso eu
453 vou tomar liberdade de ressaltá-las aqui, essa questão da licença ad'referendum nós já tínhamos
454 várias oportunidades aqui especialmente na nossa última reunião o senhor não estava presente
455 mas foi amplamente discutido aqui, eu sou, em principio entendo que é legal, existem situações
456 em que ele tem o seu momento, mas ele realmente deve ser deixados pra casos, pra essas poucas
457 situações e eu penso que há que se levar em conta, viu senhora Alice, muito a questão da
458 reversibilidade, porque se a gente decide ad'referendum da forma ad'referendum, se o secretário
459 decide dessa forma e a situação não é irreversível, acaba que o conselho fica diante de uma
460 situação consolidada, então de certa forma se nós temos as instituições, temos as instituições do
461 conselho, eu acho muito mais interessante em casos de irreversibilidade em que haja esse risco e
462 marcar, por exemplo, uma seção extraordinária para o conselho decidir, porque no caso de
463 hidrelétrica, por exemplo, em que há enchimento de reservatório, enchimento de reservatório
464 cria-se uma situação quase totalmente irreversível, vamos colocar assim, muito pouca coisa é
465 irreversível, mas esse é um caso, cria-se uma situação muito difícil, o conselheiro, o conselho, a
466 equipe e todos que estão envolvidos no processo acaba de certa forma ficando muito vinculados
467 a essa decisão ad'referendum, é uma decisão cautelar, uma decisão que deveria ser algo que eu
468 possa desfazer eventualmente o conselho, se eu decido uma coisa, deixo pro conselho uma única
469 solução, eu decido e o conselho só pode deferir, então eu de certa forma substituí o conselho,
470 então, a instituição ficou deixada de lado, outra questão ainda nesse tema de hidrelétrica e aqui
471 especificamente da nossa Unidade Regional Colegiada (*falhas na gravação*) a avaliação
472 ambiental integrada né, que agora nós temos a DN regulamentando essa questão, mas eu queria,
473 na última reunião nossa, a SUPRAM mesmo, dando seus esclarecimentos falou, olha, nesse caso
474 nós entendemos que não se aplicava aquele entendimento da URC porque nós estávamos diante
475 de licença de operação, uma licença de operação, e nós tivemos uma outra situação também em
476 reuniões passadas em que nós estávamos nas CGH's, CGH's também são pequenas e não entra
477 no inventário de modo que é difícil incluí-las numa avaliação ambiental integrada a principio né,
478 então, e já nas reuniões anteriores aqui no empreendimento, especialmente da PCH Mucuri não
479 haja discutimos isso, em várias oportunidades eu falei, olha, eu quero saber o que vai acontecer
480 quando vier uma licença de operação que houve aquela decisão, e aquela decisão que eu acho,
481 repulta-se de maior importância, maior importância, ela foi a primeira das Unidades Regionais
482 Colegiadas, ou seja, um precedente de certa forma histórico, nós não apreciamos aquele
483 empreendimento específico que era PCH Canastra né, decidimos que seguiríamos essa linha que
484 eu achei muito interessante, e ela foi um dos impulsionadores pra edição dessa DN, pra
485 realização das avaliações ambientais integradas, inclusive a do Santo Antônio, aquela decisão foi
486 muito importante nessa circunstância, como foi também aquela ação do Santo Antônio né, que
487 está na bacia do Doce, que é um rio realmente emblemático, é uma área especial, digamos assim,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

488 no nosso estado – e agora nós estamos diante dessa situação, e é preciso que a gente defina ou
489 mantenha uma definição a cerca dessa situação da avaliação ambiental integrada e eu até
490 concordo coma posição da SUPRAM, realmente uma licença de operação não há muito sentido
491 em se exigir esse estudo, porque esse estudo é um estudo bem mais superficial, macro né, se
492 considerado os estudos de impacto como é o caso, são muito mais completos, os estudos
493 específicos pro empreendimento, empreendimento que já foi instalado, quer dizer, que já está
494 pronto, está prestes a operar, realmente talvez não haja tanta, mas é importante que a gente reflita
495 aqui, ao final talvez a gente volte a discutir pra manter a decisão ou não, essa decisão que eu
496 acho importante foi uma decisão unânime na ocasião, estou vendo aqui o colega da FIEMG, foi
497 uma decisão que na ocasião houve uma unanimidade, inclusive por parte da federação em razão
498 da gravidade que é de fato às vezes eu fazer uma série de empreendimentos que era o caso, eram
499 13 empreendimentos lá do Santo Antônio e naquela Canastra tinha mais uma série de
500 empreendimentos, não me lembro agora do número, mas era uma série de pelo menos cinco ou
501 mais, não me recordo agora, só vendo no registro da nossa, então acho que é de suma
502 importância que a gente reflita sobre essa questão e manifeste o nosso entendimento, por
503 exemplo, o entendimento nosso era exigir pros casos de LP, por exemplo, é importante que se
504 fique claro, até mesmo pra insegurança jurídica do empreendedor pra, se o conselho que vai
505 decidir essas coisas, essa Unidade Regional Colegiada, então é importante que o conselho tenha
506 sua jurisprudência né, mantenha uma linha lógica é muito ruim o conselho ficar assim, agora eu
507 dou, agora não dou mais, pra Canastra eu não dei, mas pra outra eu vou dar, pra outra não vou
508 dar, isso cria uma situação de exceção, isso é ruim pra todo mundo, especialmente pro
509 empreendedor, especialmente pro empreendedor que encontra porta fechada quando vários
510 outros passaram pela porta, então é, só queria deixar essa mensagem e talvez no final a gente
511 pudesse voltar a conversar sobre isso, obrigado. WILSON STARLING, SEDE – realmente eu
512 vejo a palavra do Dr. Leonardo aqui muito interessante, mesmo porque a gente estudando,
513 verificando a situação, quer dizer, essa sugestão de deferimento pelo prazo de quatro anos
514 observado 39 condicionantes e mais o TAC, o termo assinado pelo Ministério Público, então a
515 gente vê só de analisar assim, a gente já vê que vem que tem uma certa complexidade e eu acho
516 que a autoridade também como é o decreto que autoriza o secretário a emitir a licença
517 ad’referendum ele deveria sim, se existe facilita para que o empreendedor pra que o
518 empreendedor fica às vezes buscando aquela licença ad’referendum mas contudo, cada dia tenha
519 me surpreendido né, o corpo técnico da SUPRAM quando eles estão, a pouco tempo atrás
520 mesmo havia dificuldade de técnicos especialistas e hoje nós estamos vendo um grupo bem
521 treinado e com bastante capacidade de formalizar os pareceres o que também gera confiança da
522 parte nossa, é que teria pra falar, muito obrigado. ALICE LORENTZ DE FARIA GODINHO,
523 MOV. PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – por gentileza, a não ser que o meu
524 entendimento esteja completamente distorcido, aqui diz o seguinte, como metodologias serão
525 realizadas palestras adequadas à faixa etária dos alunos envolvidos no processo educacional
526 focando contexto regional do Vale do rio Doce exposto no capítulo anterior, cabe ressaltar que
527 nas atividades executadas na PCH Mucuri a equipe de arqueologia identificou sítios
528 arqueológicos na ADA ou AID do empreendimento sendo realizado salvamento de material
529 arqueológico dos sítios supracitados, focando contexto regional do Vale do rio Doce exposto no
530 capítulo anterior, a não ser que o meu entendimento esteja completamente errado, e eu preciso
531 voltar pra escola. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA
532 MATA – ok, diante da situação talvez seja necessário alguns esclarecimentos né, Maria Helena,
533 acho que a equipe da SUPRAM junto ao empreendedor pode talvez trazer algum esclarecimento
534 com relação a isso, conselheira, e eventualmente até provocar uma mudança ou pra ajustar a
535 realidade, a gente solicitar alteração de algum programa e estabelecer alguma condicionante pra
536 o atendimento desse programa. ALICE LORENTZ DE FARIA GODINHO, MOV. PRÓ-RIO



537 TODOS OS SANTOS E MUCURI – olha, talvez os senhores estejam estranhando a minha
538 insistência nesse assunto, eu sou de Belo Horizonte, mora a cerca de 50 anos em Teófilo Otoni,
539 hoje quando me perguntam de onde eu sou, eu respondo, eu sou do Mucuri, porque nós
540 exercemos lá um trabalho em todos os municípios da bacia hidrográfica e conhecemos
541 profundamente as carências, as necessidades, o potencial de uma região que tenha uma baixa
542 estima muito grande e que nós estamos trabalhando pra recuperar, então isso pra nós é
543 imperdoável e não dá pra entender como é que se estuda característica de uma determinada bacia
544 em outra. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA
545 – ok, vamos avaliar melhor a questão e sugerir no futuro né, assim que chegarmos a alguma
546 conclusão alteração nesse programa específico, nesse projeto específico, eu vou abri a palavra
547 pro empreendedor pra encerrar essa questão né, e se for necessário a gente volta. DANIEL DE
548 FREITAS, PCH MUCURI - é claramente um erro de digitação, isso aí ela vai receber como ela
549 solicitou, nós já anotamos aqui, vão enviar todo material que foi usado na educação patrimonial
550 nas escolas, pra adultos, dentro da obra e pra população em geral vamos enviar todo o material, é
551 óbice que se refere a bacia do Mucuri, foi um erro de digitação, isso aí ela tem toda razão, a coisa
552 ficou errada, no momento vai ser feito uma correção (*falhas na gravação*) autônoma, eu sou
553 especialista nisso, eu leio todos os relatórios, esse me passou despercebido, porque isso até cabe
554 a explicação, porque quem analisa essa parte de arqueologia não é a SUPRAM, quem analisa,
555 quem aprova, quem emite uma portaria de aprovação do programa de arqueologia é o IFAM,
556 uma entidade nacional, entidade federal, não é a SUPRAM, aí está claro pra mim que nesse
557 parágrafo aí trata-se de um erro de digitação, a senhora vai receber todo o material e verificar
558 que tudo se refere a bacia do Mucuri. ALICE LORENTZ DE FARIA GODINHO, MOV. PRÓ-
559 RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – com certeza isso não deverá ser pra mim, pra Alice
560 Godinho, e sim para o Movimento Pró-Rio Todos os Santos e comitê da bacia hidrográfica.
561 LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok,
562 obrigado, fica aí então solicitada a correção dos estudos e dos programas que previram,
563 erroneamente, ações da bacia do Doce pra que essas ações se dêem na forma correta na bacia do
564 Mucuri. Vamos prosseguir então, **Item 6.** Processo Administrativo para exame de Revalidação
565 da Licença de Operação: 6.1 Alcana Destilaria de Álcool de Nanuque S/A - Destilação de álcool,
566 fabricação e refinação de açúcar, produção de energia termoelétrica. - Nanuque/MG - PA/Nº
567 00062/1983/012/2011 - Classe 5 - Apresentação: Supram LM. **RETORNO DE VISTAS pela**
568 **Conselheira Denise Bernardes Couto representante da FIEMG.** GLAUTIERE DE PAIVA
569 GOMES, FIEMG – substituto da conselheira Denise Couto, a FIEMG é favorável ao parecer da
570 SUPRAM, só que ela gostaria de ouvir algumas ponderações que o empreendedor tem pra
571 esclarecer algumas dúvidas aos demais conselheiros. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
572 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok, podemos ouvir o empreendedor. Mais alguma
573 questão, por favor, então se apresente. WILLIAN MARTINS, ALCANA DE NANUQUE – boa
574 tarde a todos os conselheiros e demais presentes, primeiramente a gente respeita o parecer da
575 SUPRAM e também apresentar pra FIEMG, mas devido alguns problemas internos da empresa
576 que talvez não convém detalhar aqui, mas a maioria das condicionantes foram cumpridas porém
577 não foram protocoladas dentro do prazo, então de 20 condicionantes que a gente tem aqui nesse
578 relatório analisado pela SUPRAM, nós temos uma condicionante que ela não foi cumprida
579 totalmente, ela foi cumprida parcialmente e as demais, inclusive eu estou aqui com o protocolos,
580 o documento foi analisados pela SUPRAM no dia 02/05, dois de maio, e a maioria dos
581 protocolos das demais condicionantes que eles colocaram no relatório como não cumpridas
582 foram protocolizadas no dia 11/05, ou seja, a gente reconhece, a empresa, eu como representante
583 da Alcanas reconhecemos que houve uma falha, uma seqüência de erros internos, principalmente
584 em relação à parte burocrática, mas nenhuma dessas condicionantes que não foram
585 protocolizadas dentro do prazo acarretaria, ou estão acarretando algum dano ambiental, e quanto



586 à condicionante 1 que ela foi cumprida de forma parcial, só pra esclarecer do que se trata, ela
587 fala sobre a questão das adutoras de vinhaça que estão a céu aberto e deveriam ser substituídas
588 por tubulações, por dutos, e dois reservatórios de vinhaça que estão dentro da área industrial que
589 eles não são ainda impermeabilizados e foi solicitado a impermeabilização e foi dado um prazo,
590 dessa condicionante 50% da linha da rede de hidrante, desculpa, da rede de vinhaça foi feito a
591 tubulação, e a outra parte ainda continua com canal aberto, e ainda eu reforço aos conselheiros
592 que em momento algum houve qualquer tipo de dano ou há algum registro de impacto ambiental
593 causado por esse tipo de condicionante, e como a maioria das condicionantes foi protocolado
594 uma semana depois da análise da SUPRAM, a SUPRAM não tinha como reanalisar o processo, e
595 quando a FIEMG foi dar o seu parecer ela também não tinha conhecimento desses protocolos
596 que foram realizados uma semana depois, então de qualquer forma o parecer final tanto da
597 SUPRAM quanto da FIEMG foi pelo indeferimento da renovação da licença de operação e que o
598 empreendimento seja interditado de imediato ou que seja formalizado um TAC, eu vim aqui
599 como representante da empresa informar dessa consequência de erros internos burocráticos que
600 foram protocolizados apenas uma semana depois do prazo e ao mesmo tempo esclarecer que a
601 única condicionante que não foi cumprida parcialmente foi por uma condição financeira da
602 empresa, que é fato público, ela encontra-se em recuperação judicial e foi uma questão de não ter
603 trazido isso ao órgão antes de uma forma um pouco mais esclarecedora e de repente ter
604 renegociado algum prazo. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE
605 ZONA DA MATA – ok, muito obrigado, SUPRAM quer se manifestar? Não? Temos condições
606 de votar? Todos entenderam? Os protocolos são posteriores a conclusão do parecer, não é isso?
607 WILLIAN MARTINS, ALCANA DE NANUQUE – o parecer foi no dia 02 de maio e os
608 protocolos foram no dia 11 de maio. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
609 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – então infelizmente as condicionantes não foram
610 cumpridas ou a sua comprovação não foi tempestiva, a comprovação do seu cumprimento que de
611 fato inviabiliza qualquer encaminhamento pro deferimento, é, alguma questão mais, senhores?
612 WILLIAN MARTINS, ALCANA DE NANUQUE – se me der abertura, como na conclusão aqui
613 da SUPRAM, solicitado, sugerido, aliás, a questão da paralisação do estabelecimento ou ainda a
614 formalização de um TAC pra que seja emitido uma nova licença de operação, eu ainda reforço
615 que nenhuma dessas condicionantes teve algum impacto ambiental no empreendimento e, se
616 possível nós estamos abertos lá pra uma nova inspeção da SUPRAM e, de 20 condicionantes
617 como nós só temos uma que foi parcialmente atendida, ou seja, todas as demais estão com
618 protocolos aqui que foram cumpridas, que essa condicionante parcialmente atendida seria
619 integrante da renovação da licença de operação com uma nova condicionante. LEONARDO
620 SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – o senhor está
621 solicitando pro conselho o deferimento da licença, não é isso? O deferimento da licença de
622 revalidação? WILLIAN MARTINS, ALCANA DE NANUQUE – positivo. EDSON LOPES
623 FERREIRA, POLÍCIA AMBIENTAL – eu tenho uma sugestão, é, fica difícil pra nós
624 conselheiros que nós temos que avaliar uma coisa que esteja fundamentada num laudo e que
625 tenha amplas partes, então sugiro aí se houver possibilidade do empreendedor formular um TAC
626 com o SISEMA pra ele operar por um período até esse processo retornar pra pauta, porque fica
627 meio obscuro. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA
628 MATA – essa questão vai ser avaliada pela SUPRAM, e não havendo degradação é possível
629 estabelecer já um TAC e dar início a um procedimento corretivo, mais alguma questão
630 SUPRAM ? Não? Vamos votar as condições de votar, 6.1- Alcana Destilaria de Álcool de
631 Nanuque S/A, aqueles que são pela aprovação do parecer único da SUPRAM pelo indeferimento
632 permaneçam como estão, APROVADO. **Item 7.** Processos Administrativos para exame da
633 Licença de Operação: 7.2 Rede Gefgs Postos de Serviços Ltda. - Posto Revendedor - Engenheiro
634 Caldas/MG - PA/Nº 01505/2001/002/2012 - Classe 5 - Apresentação: Supram LM. Destaque da



635 SUPRAM. RENILSON, SUPRAM LESTE – é, fazer duas alterações, a primeira é na página 7
636 no capítulo da discussão, na análise da condicionante 3, o último período diz que o termo de
637 compromisso de recomposição florestal da área de reserva legal deve ser firmado em no máximo
638 15 dias após a concessão da LO, na verdade é em no máximo 30 dias conforme está descrito lá
639 na condicionante 3, e a SUPRAM também, a equipe quer inserir mais uma condicionante, vou
640 falar exatamente como ela ficaria, seria a condicionante 7, apresentar anualmente a destinação
641 correta dos resíduos sólidos classe 1 e 2 que serão gerados durante a operação do
642 empreendimento, o prazo seria durante a vigência da licença de operação, nada mais.
643 LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok,
644 muito obrigado, está em discussão, mais alguma contribuição dos senhores? Temos inscritos
645 aqui pelo empreendimento, não sei se vão querer se manifestar, não querem se manifestar? Então
646 não havendo nenhuma questão, vou colocar em votação já com a correção e com a inclusão
647 solicitada pela SUPRAM, ok, com relação ao parecer, em votação então, aqueles que estão de
648 acordo com o parecer único da SUPRAM com as correções feitas e a inclusão da condicionante
649 também feita aqui pelo nosso analista permaneçam como estão, APROVADO. **Item 8.** Processo
650 Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva: 8.1 Laticínio Mania Ltda. -
651 Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios. - Ipatinga/MG - PA/Nº
652 06640/2006/002/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram LM. Destaque da Univale, professora
653 Waleska. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – questão de esclarecimento,
654 na página 6, no parágrafo 4º, não, 2º, em relação ao aspecto da amônia, fala lá, a amônia
655 utilizada é necessidade de refrigeração na linha de produção, depois ela fala medidas mitigadoras
656 o impacto que a amônia causa por ser um produto tóxico e tudo, mas lá no relatório fotográfico
657 quando a gente vê a foto número, pera aí só um minutinho, onde mostra aí o tanque de
658 armazenamento de amônia, o tanque de amônia não tem chuveiros para emergências em caso de
659 vazamento de amônia, está faltando na foto ou não tem mesmo, ou eu, não está dando pra
660 perceber, e se não tiver mesmo isso é um caso problemático né? DANIEL, SUPRAM LESTE –
661 bom, o uso da amônia realmente é preocupante né, a gente tem alguns casos aí recentes, medidas
662 mitigadoras pra uso de amônia tem várias né, uma delas é essa aí que a senhora mencionou,
663 aspersão por água quando tem algum tipo de vazamento pra rebater essa água e o gás ser
664 condensado e ser recolhido, eles tem dois estudos voltados pro uso de amônia, que é o estudo no
665 caso de vazamento de amônia e uma análise de risco, todos eles vidrados, direcionados pro uso
666 da amônia, agora, a questão do chuveiro realmente não tem, a gente não tem. WALESKA
667 BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – mas e aí, esses estudos referentes a um possível
668 vazamento foram colocados? Não da pra perceber. DANIEL, SUPRAM LESTE – é porque não é
669 exigido né, Waleska, como regra não é exigido, como regra existem outras medidas pra suprir
670 isso, não é obrigatório, entendeu? E o plano de ação supri isso né, eles tem várias medidas pra
671 tanto pros funcionários da empresa quanto pra. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES,
672 UNIVALE – porque recentemente a gente teve um problema aqui em Valadares, vocês ficaram
673 sabendo né, e lá tanto plano de segurança e não funcionou né, em relação ao vazamento, por isso
674 que levantei esse problema, por causa disso né. DANIEL, SUPRAM LESTE – existe um
675 responsável técnico pela empresa. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
676 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – e são questões vinculadas à segurança do trabalho e
677 segurança do (falhas na gravação) o nosso conselheiro está ali né, hoje como suplente, o senhor
678 tem direito a palavra sim, mas no microfone, por favor. JOSÉ ANGELO PAGANINI,
679 FUNDAÇÃO RELICTOS – como suplente eu acho que eu posso falar, não posso é votar né, o
680 que preocupa, o próprio relatório fala, as instalações da empresa está dentro da área urbana do
681 município, e uma grande parte da população fica sujeito ao risco de operação, os planos de
682 resposta-emergência e os estudos são necessários, eles tem que ser feitos, funcionários tem que
683 ser treinados, fazer os exercícios pra quando houver um vazamento você estar preparado pra



684 isso, mas as instalações industriais precisam estar preparadas também pra resposta a isso, e uma
685 das respostas mais simples é ter chuveiros ou outro sistema de aspersão com água no reservatório
686 quando houver vazamento do reservatório, é a única maneira de conter o gás, certo? Então a
687 gente acha que é importante isso, certo? É um item de segurança importante que se não tem nas
688 instalações da empresa deveria ter uma condicionante aí que pedisse a empresa pra instalar esses
689 equipamentos. MÁRCIO OLIVEIRA, RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO – quando
690 foi, nós contratamos uma equipe pra fazer as análises pra ver quais eram os riscos que nós
691 poderíamos estar causando à população e também a nós e aos nossos próprios funcionários, e foi
692 detectado que o valor de amônia que tem estocado é um valor baixo, então esse valor não, pelas
693 análises feitas pelo pessoal da equipe que foi contratado pela empresa que não precisava ser
694 colocado esse chuveiro e as medidas de emergências que tinham é uma caixa, uma caixa, onde
695 que essa caixa jogaria dentro de, é uma caixa imersa que sempre fica com água que seria jogada
696 ali em caso de algum vazamento. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
697 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok, conselheira Waleska, a senhora quer propor
698 alguma condicionante? WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – mas no caso
699 do vapor da amônia, o vazamento em si? Porque normalmente nos laboratórios né, que a gente
700 tem mais trânsito, esse vapor é muito forte, então. JOSÉ ANGELO PAGANINI, FUNDAÇÃO
701 RELICTOS – bom, o empreendedor, só complementando aqui o que a Waleska está falando.
702 LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – por
703 favor, se apresente, senão a gente fica difícil pra registrar aqui. JOSÉ ANGELO PAGANINI,
704 FUNDAÇÃO RELICTOS – só complementando o que a Waleska falou, e você afirmou aí que
705 existe uma caixa de contenção da água, que água é essa? É água que vai ser usada pra conter o
706 gás, certo? Se você não tem onde sai essa água não teria nem porque ter a caixa, porque que água
707 que vai pra lá, certo? Em caso de vazamento você precisa de jogar água em cima do tanque pra
708 neutralizar esse gás, essa água com amônia em forma líquida tem que ser recolhida numa caixa
709 de contenção pra ser tratada depois, você tem a caixa de contenção (*falhas na gravação*)
710 funcionar, não vai ter sentido. DANIEL, SUPRAM LESTE – bom, a gente entende essa
711 discussão aqui, os planos apresentados foram apresentados por profissionais habilitados, eles são
712 responsáveis, por isso, julgaram a não necessidade da aspersão, mas se o conselho julgar
713 necessário a gente acrescenta uma condicionante aí no parecer. WALESKA BRETAS
714 ARMOND MENDES, UNIVALE – qual que é o acréscimo em termos de mais uma medida de
715 segurança no caso dessas? Em valor, uma medida como essa, não tem idéia? Inviabilizaria mais?
716 LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – a
717 senhora quer propor condicionante? WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE –
718 gostaria sim de propor condicionante, de acrescentar dependendo dos estudos financeiros da
719 própria logística de colocar, que como você falou, é uma segurança, não seria tão, não é não tão
720 caro, e também é mais simples, talvez funcionaria bem e é mais interessante, daria mais respaldo
721 à segurança dos próprios funcionários do entorno também. LEONARDO SORBLINY
722 SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – lembrando que essa questão já foi
723 avaliado por um profissional, não é? MÁRCIO OLIVEIRA, RESPONSÁVEL PELO
724 EMPREENDIMENTO – ok, nós não impomos, se tiver que fazer essa avaliação lá é só, como eu
725 já disse, já foi feito um estudo por pessoas capacitadas e as pessoas não detectaram essa
726 necessidade, mas se for uma coisa que seja necessário a empresa está de acordo a colocar sim.
727 WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – eu falo isso muito porque nós
728 tivemos um problema sério aqui em Valadares, também tinha estudos e aconteceu né. MÁRCIO
729 OLIVEIRA, RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO – isso depende muito da
730 quantidade de amônia que se estoca né, então nosso empreendimento é um empreendimento
731 pequeno, a quantidade de amônia estocada é pequena, eu creio que por isso não houve a
732 necessidade de instalação dos chuveiros porque. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES,



733 UNIVALE – aqui não faz citação em relação à quantidade de amônia estocada, fala? Onde aqui?
734 MÁRCIO OLIVEIRA, RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO – 750 se eu não estiver
735 enganado. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA
736 MATA – SUPRAM, por favor, no microfone. RENATO, SUPRAM LESTE – está na página 4,
737 primeiro parágrafo, 750 quilos. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – já
738 que você fala que tem risco, que pode ter risco pra população, acho que já carece aí de dar uma
739 importância nisso aí também. LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO – Dra.
740 Waleska, eu fiquei com uma dúvida, essa aspersão, vai ficar gotejando, não é isso? Água? É
741 água? Não é? Isso é o tempo inteiro? DANIEL, SUPRAM LESTE – no caso de vazamento.
742 LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO – perfeito, eu acho interessante, olha,
743 eu tenho dois casos aqui, é, quer dizer, agora não tenho mais, o colega tem, na promotoria em
744 que aconteceu da seguinte forma, o operador ele ligava e ele mesmo é que era o, digamos, o
745 detector, ele sentia, ele tornava ao local e fechava, e numa dessas vazou mais do que ele estava
746 pensando que ia vazar e o bairro ficou todo em cheiro, olho ardendo e todo mundo foi pra lá, pra
747 empresa, então acho interessante isso, em ter um mecanismo desse, pra emergência, vai diminuir
748 porque na ocasião até nós questionamos isso, poxa, mas não tem o mecanismo, você está
749 dependendo, é, porque a pessoa saiu e ele foi ver um outro registro lá, um outro equipamento e
750 ele não fez o roteiro no tempo em que ele normalmente faria né, ou fazia, então é, eu acho
751 interessante colocarmos uma condicionante, especialmente se o empreendedor está de acordo,
752 isso vai dar tranquilidade pra todo mundo, inclusive pro próprio empreendedor, mais o recurso.
753 LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – o
754 empreendedor já se manifestou favoravelmente, então vão colocar em votação o processo e peço
755 a conselheira que faça a redação da condicionante pra gente acrescentar a condicionante, então
756 em votação o 8.1 Laticínio Mania Ltda, aqueles que são pela aprovação do parecer único da
757 SUPRAM permaneçam como estão, APROVADO. Vamos aguardar aqui a redação da
758 condicionante, seria, instalar chuveiro de emergência. MÁRCIO OLIVEIRA, RESPONSÁVEL
759 PELO EMPREENDIMENTO - procurar uma empresa, uma empresa responsável que tenha
760 condições de estar instalando isso aí e fazer um projeto pra ver qual que é a necessidade.
761 LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – é, pelo
762 que, é, pelo que foi discutido aqui o conselho vai criar condicionante pra instalar, não é pra
763 avaliar a questão mais não. MÁRCIO OLIVEIRA, RESPONSÁVEL PELO
764 EMPREENDIMENTO – tá ok, é pra instalar, uma empresa capacitada pra ir fazer um
765 levantamento de qual que é a necessidade, não sabe se é um chuveiro, se é dois, qual a condição,
766 qual a quantidade de água que vaza, dimensionar a necessidade, é dimensionar. LEONARDO
767 SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok, vamos só
768 aguardar a conclusão da redação aqui, vamos lá. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES,
769 UNIVALE – a idéia seria né, de acordo com o que foi falado, instalar chuveiros de emergência
770 no tanque de armazenamento de amônia para viabilizar segurança do sistema de refrigeração.
771 LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok,
772 prazo? 90 dias, 120, pode. DANIEL, SUPRAM LESTE – é, o texto aí me parece que não ficou
773 muito legal não por que? A amônia é armazenada no tanque, mas o sistema de refrigeração ele
774 envolve outras estruturas, por exemplo, a gente tem recentemente que o vazamento não foi no
775 tanque, foi numa caixa de água, então só no tanque talvez não, pode ter vazamento em outra
776 parte do sistema, então o interessante aí seria onde, no sistema de refrigeração, não apenas no
777 tanque. SARGENTO EDSON LOPES FERREIRA, POLÍCIA AMBIENTAL – é, o colega aqui
778 da SUPRAM sugeriu o seguinte, que fosse a condicionante, apresentar estudo técnico e
779 implantar conforme estudo proposto, chuveiro de emergência sobre o tanque de estocagem de
780 amônia, nesse caso, nesse estudo ele ia apontar em quais lugares especificadamente e em
781 quantidade de chuveiros seria necessários. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,



782 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ao longo do sistema de refrigeração, pode ser?
783 Acho que fica mais abrangente, empreendedor. MÁRCIO OLIVEIRA, RESPONSÁVEL PELO
784 EMPREENDIMENTO – é, a amônia que fica na caixa, que é aonde que fica gelado, quem
785 entende lá do processo, ela já fica imersa né, fica dentro dos tubos, os tubos ficam dentro de água
786 né, então se houver o vazamento desses tubos dentro da água, ela volatiliza, então isso teria que
787 ser só em cima do próprio cilindro de armazenamento, porque desde que ela entrou dentro da
788 caixa de água, qualquer vazamento que houver dentro da caixa ela volatiliza, por isso que usa-se a
789 água pra combater o vazamento, ela fica líquida. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
790 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok, vamos pra redação então, a senhora mantém
791 essa redação ou vai fazer algum ajuste? WALESKA BRETAS ARMOND MENDES,
792 UNIVALE – eu concordo com o Lopes aqui nesse sentido, apresentar estudo técnico e implantar
793 conforme estudo proposto chuveiros de emergência sobre o tanque de estocagem de amônia.
794 LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO – mas aí a senhora só está fazendo a
795 prevenção, está remediando o problema no tanque, não é, é melhor colocar no sistema, deixa,
796 deixa no sistema de refrigeração. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE –
797 mas no sistema seria tipo canaletas, aí não né? Seria muito grande o sistema. LEONARDO
798 CASTRO MAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO – no sistema, aí eles vão dimensionar, vão estudar,
799 problema técnicos, agora, colocar só sobre o tanque, se um vazamento em qualquer outro local
800 que não tanque, não vai valer nada. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE –
801 mas o estudo técnico é que vai avaliar onde teria necessidade de ter mais chuveiros.
802 LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO – mas aí está pedindo pra avaliar
803 sobre o tanque. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – a, então tá, entendi,
804 aproveitar estudo técnico e implantar conforme estudo proposto chuveiros de emergência sobre o
805 sistema de estocagem de amônia. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
806 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – apresentar o estudo técnico, ok, chegamos a um
807 consenso? Então em votação a inclusão da condicionante, prazo. DANIEL, SUPRAM LESTE –
808 o empreendedor pediria seis meses. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
809 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – seis meses a contar da concessão da licença?
810 LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – então
811 em votação, aqueles que são pela aprovação da condicionante permaneçam como estão,
812 APROVADA. **Item 9.** Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de
813 Operação: 9.1 Belmont Mineração Ltda. - Lavra a céu aberto com tratamento a úmido, minerais
814 não metálicos, exceto em áreas cársticas; lavra subterrânea com tratamento a úmido (pegmatitos
815 e gemas), pilhas de rejeito/estéril. Itabira/MG - PA/Nº 00062/1994/009/2010 - DNPM
816 831142/1978 - Classe 5 - Apresentação: Supram LM. Destaque da Secretaria de Estado de
817 Desenvolvimento Econômico. WILSON STARLING, SEDE – bem eu pedi o destaque
818 exatamente pra que nós pudéssemos ver se poderíamos, se tem alguém representando a Belmont
819 aqui, para que possa exatamente manifestar sobre a questão, porque da forma como está o
820 parecer, não está apto a receber a revalidação da licença de operação, então é preciso que a gente
821 ouça alguém da Belmont, porque a gente vê o procedimento. LEONARDO SORBLINY
822 SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – não temos nenhum inscrito, não sei
823 se tem alguém aqui que representa a empresa, não tem. SUPRAM alguma consideração?
824 JULIANA, SUPRAM LESTE - o empreendedor entrou em contato com a gente no início da
825 semana, a respeito do parecer ele está de acordo, amanhã ele já comunicou que estará lá na
826 SUPRAM pra poder estar assinando o TAC né, e ele concordou com o parecer. WILSON
827 STARLING, SEDE – ok, obrigado. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
828 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok, mais alguma questão? MARCELINO
829 AMANDO DA SILVA GOMES, DNPM – ele entrou em contato com vocês, mas ele está
830 paralisado? A licença de operação dele agora ela está vigente? JULIANA, SUPRAM LESTE -



831 na verdade o quê que acontece? Agora quando o parecer está sendo votado, enquanto ele não
832 tiver realmente um parecer de indeferimento né, com aprovação do indeferimento ele ainda está
833 apto a operar, a partir do momento que for votado o parecer e realmente for aprovado o parecer
834 ele não vai estar apto, e, no próprio parecer a gente já comunicou que o empreendimento foi feito
835 a vistoria né, e agora ele está de acordo com as regularizações ambientalmente e amanhã ele já
836 falou que estará lá na SUPRAM pra poder estar assinando um TAC pra continuar operando
837 enquanto em paralelamente o processo de licença de operação corretiva é analisado na casa.
838 MARCELINO AMANDO DA SILVA GOMES, DNPM – ok, obrigado. LEONARDO
839 SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – mais alguma questão?
840 Não havendo eu vou colocar em votação o parecer único da SUPRAM, do item 9.1 Belmont
841 Mineração Ltda, que é pelo indeferimento, aqueles que são pela aprovação (*falhas na gravação*).
842 **Item 9.2** Mafrial Matadouro e Frigorífico Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte
843 (suínos, ovinos, caprinos, bovinos); industrialização da carne, inclusive desossa, charqueada e
844 preparação de conservas; processamento de subprodutos de origem animal para produção de
845 sebo, óleos e farinha - Governador Valadares/MG - PA/Nº 23770/2005/005/2012 - Classe 5 -
846 Apresentação: Supram LM. Parecer também pelo indeferimento, destaque da FIEMG.
847 GLAUTIERE DE PAIVA GOMES, FIEMG – a FIEMG gostaria de pedir vista ao processo.
848 LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok,
849 mais alguém? Vistas concedidas então à FIEMG com relação ao item 9.2 Mafrial Matadouro
850 Frigorífico Ltda. **Item 12, assuntos gerais.** alguma questão senhores? Dr. Leonardo quer tecer
851 alguma comentário com relação à avaliação ambiental integrada? LEONARDO CASTRO
852 MAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO – eu queria saber dos conselheiros se, eu acho importante nós
853 esclarecermos, vamos manter o entendimento segundo o qual a avaliação ambiental integrada é
854 necessária? Vamos manter esse entendimento pros casos que não tem licença prévia? Para
855 aqueles que vão requerer a licença, porque os requerimentos são formulados né, e os processos
856 chegarão aqui, então essa será a nossa posição, ou não, não vamos considerar a avaliação
857 ambiental integrada? E nessa questão da avaliação ambiental integrada eu queria até fazer um
858 comentário, estou estudando essa norma ainda, tem até uma tarefa sobre essa norma, uma
859 relatoria junto com o colega, Dr. Bruno, que trabalha lá na Zona da Mata, e nós já constatamos,
860 por exemplo, uma coisa interessante, hoje nós já discutimos essa questão do patrimônio histórico
861 né, a norma ela não contemplou essa questão, a questão do meio ambiente né, sobre esse aspecto
862 histórico e cultural ele ficou de fora dessa avaliação né, e é importante, lógico que isso seja
863 considerado, mas estou apenas ventilando aqui que é uma coisa que eu acho importante né, estou
864 compartilhando com os colegas da, que nós avançamos muito aqui em Minas Gerais, mas ainda
865 temos alguma coisa pra caminhar né, agora, com relação, é importante essa avaliação? E aí eu
866 gostaria de lembrar também que o secretário, a secretaria de estado ela vem entendendo ser
867 importante a avaliação ambiental integrada, tanto que ela determinou várias avaliações
868 ambientais integradas mas, não em todas as bacias da nossa região, por exemplo, né, secretário
869 determinou em algumas, mas não em todas, eu acho que está sendo levado em consideração,
870 acho que é importante ter critérios né, critérios, até porque imagino recursos, etc, são escassos
871 né, são limitados, e lógico, aquelas bacias como, por exemplo, a do Santo Antônio, é de suma
872 importância que eu faça o máximo de estudos porque é uma bacia que tem o potencial
873 hidrelétrico muito grande porque tem muita queda, muito (*falhas na gravação*) e ao mesmo
874 tempo é uma área que está muito preservada de modo que se eu superar, ah, daqui a dez anos, ah,
875 mas tinha que ter feito a avaliação ambiental integrada, já era, perdeu o escopo, até porque a
876 avaliação ambiental integrada tem essa questão, ela tem que ser feita antes, não adianta ela ser
877 feita depois dos empreendimentos né, porque esses efeitos que eles chama de sinérgicos e
878 cumulativos você começa já trabalhar ficando numa situação totalmente alterada né, totalmente,
879 você já não tem mais o que proteger. Bem, então eu queria ouvir dos colegas uma posição



880 naturalmente cada qual pode pensar de um jeito, mas lembrando primeiro que nós já temos uma
881 decisão precedente né, porque muitos conselheiros não estavam aqui naquela data, muitos
882 colegas são novos aqui no conselho, eu particularmente entendo de suma importância a avaliação
883 ambiental integrada, porque os estudos de impacto ambiental, embora possam ser muito bem
884 formulados eles vão considerar apenas o empreendimento, eles não consideram a bacia como um
885 todo e, por tanto não levam em consideração a sinergia e o aspecto cumulativo, eu até fiquei
886 estudando essa questão e lendo muito sobre isso e eu ficava me perguntando assim, que, um
887 exemplo né, que seria um caso, por exemplo, de sinergia? Porque tem os autores ele começam a
888 citar casos, mas não tem nada a ver com a questão hidrelétrica, eles põem lá, um gás, quando,
889 num livro, por exemplo de um autor de direito ambiental Edis Milaré ele cita lá um exemplo de
890 um gás, vazamento de um gás e gera outro efeito e tal, e dia desses eu tive com um biólogo,
891 (*falhas na gravação*) e lembrando que essa questão de sinergia cumulativa e avaliação ambiental
892 integrada, embora a questão da sinergia ela não seja muito, a gente não tem exemplos concretos,
893 o caso aqui a incidência desses estudos se dá principalmente sobre questões hidrelétricas, surgiu
894 com uma hidrelétrica esse estudo né, na bacia do rio Uruguai, foi o primeiro que foi feito e os
895 dispositivos da lei são aqueles que falam na resolução CONAMA 86 que eu tenho considerar a
896 bacia para o, inclusive como referência no meu estudo de impacto ambiental, que eu tenho que
897 considerar a bacia e que eu tenho que considerar os efeitos sinérgicos e cumulativos, então tem
898 tudo a ver com a questão hídrica, e esse biólogo falou, citou um caso, não me recordo agora do
899 nome, eu tenho anotado, aqui de Minas Gerais de uma represa, uma barragem que ela alterou a
900 temperatura da água, então a contenção de água ela surtiu um efeito, que foi alterar a
901 temperatura, que em princípio não tem nenhuma consequência, foi debatido isso daí lá em,
902 houve aquela alteração e tal, mas que depois eles foram descobrir que os peixes que
903 reproduziam, eles não reproduzem naquela temperatura, então sobre um determinado tipo de
904 peixe ocorreu um efeito que foi um efeito indireto né, não foi um efeito direto, efeito indireto,
905 através das alteração da temperatura da água eu tive um problema com peixe e agora eu tenho
906 um problema que é a falta desse peixe, é um impacto ambiental que não foi considerado, tipo
907 impacto sinérgico né, tem os efeitos cumulativos que alguns colocam que essa questão de
908 transformar o ambiente lótico em lântico ao longo de várias barragens, exatamente porque tem
909 peixes e até essa questão de transposição, já vi também um biólogo falando, ah, se determinada
910 escada não funcionar até o peixe subia né, a escada, mas uma vez que ele caía na parte de cima
911 do reservatório ele ficava perdido porque o estímulo dele era justamente aquela água correndo,
912 então ele ia contra a água, quando chegava lá ele caía onde não tinha correnteza ele ficava e
913 muitos morriam ali né, então são efeitos que eu acho que devem ser estudados né, não que tenha
914 sido realizado uma avaliação ambiental integrada nesse rio, que não foi realizado, não foi, mas
915 não que se fosse esse efeito teria sido descoberto, eventualmente a avaliação ambiental integrada
916 não é garantia de que tudo vai ser, mas pelo menos é mais uma segurança né, pra gente decidir,
917 pra definir como, sim, pra estabelecer prioridades, pra estabelecer medidas compensatórias,
918 mitigadoras né, de repente eu vou até conviver com esse problema, por exemplo, o peixe tal vai
919 ficar prejudicado, tá bom, nós vamos estabelecer então uma medida pra compensar esse
920 problema, o resgate, não sei, estou falando assim na condição de leigo mesmo, especialmente
921 nessa questão lógico, então eu entendo de suma importante que nós, que a gente mantenha o
922 entendimento na URC, que a gente passa a exigir, aí, vejam só, a exigência é caso a caso, por
923 que? Porque pela DN nova não é a URC que define a realização da avaliação ambiental
924 integrada, não é ela que manda fazer a avaliação ambiental integrada, é o secretário, mas
925 naturalmente a URC é ela quem licencia, numa licença prévia em que ela detectar que não houve
926 estudo, ela vai falar, não, eu não vou decidir, eu vou indeferir sem esse estudo, e com isso eu vou
927 adiantar, os estudos serão realizados, né, a tendência é determinar que eles sejam avaliados pra
928 aquela região, como de fato aconteceu com a nossa URC e com a URC lá de Diamantina, do



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

929 Jequitinhonha, em razão justamente a do Santo Antônio, então isso propicia que a coisa se mexa,
930 que os próprios empreendedores fiquem sabendo, olha, a URC Leste de Minas eles são exigentes
931 com relação a essa questão, então nós vamos propiciar isso pra eles, pra que eles possam decidir
932 com tranquilidade, então são essas aí as minhas considerações, queria saber o quê que os colegas
933 acham, até se nós poderíamos manter esse entendimento até uma moção né, que nós formulamos
934 naquela ocasião pra que fossem realizadas as avaliações ambientais integradas de todos os rios
935 da bacia dessa URC, todas as bacias dessa URC, vejam que a questão começou localizada em
936 determinada bacia, mas no final da reunião foi feito uma moção pra todas né, uma decisão
937 unânime de todos os conselheiros, obrigado. WILSON STARLING, SEDE – eu acho o assunto
938 assim, realmente interessante, acho que, mas no meu modo de entender, esse chamamento tem
939 que ser do órgão ambiental, não só da questão da URC, acredito que é uma situação que talvez a
940 manifestação para o secretário pra que possa medir esforços no sentido de que isso aconteça,
941 *(falhas na gravação)* que seria precipitado essa parte tomar uma decisão dessa natureza aqui,
942 ainda até hoje né, tá, é essa a consideração que gostaria de fazer. ALICE LORENTZ DE FARIA
943 GODINHO, MOV. PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – ao meu ver, eu acho que
944 essa é uma decisão importante, a gente não pode deixar pra muito depois, temos que resolver
945 isso sim, a questão da avaliação ambiental integrada é de suma importância e essa URC, eu
946 tenho orgulho imenso de participar desse conselho porque é reconhecidamente uma URC que
947 tem um papel preponderante no processo de licenciamento, a gente sempre houve falar do
948 comportamento, da maneira com que tudo aqui é conduzido, e isso me faz ficar realmente
949 orgulhosa, e para ficar mais orgulhosa ainda, eu gostaria que os senhores conselheiros levassem
950 em consideração a importância e a necessidade dessa avaliação ambiental integrada.
951 MARCELINO AMANDO DA SILVA GOMES, DNPM – eu gostaria de ouvir, já que eles estão
952 aqui, a opinião dos técnicos da SUPRAM sobre essa avaliação integrada, até porque eu sou novo
953 hoje né. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA –
954 é, conselheiro Marcelino, aproveito o ensejo pra dar as boas vindas, eu esqueci logo no início dos
955 trabalhos, mas eu cumprimento o senhor e espero que o senhor colabore e permaneça conosco
956 durante muito tempo. ANDRÉIA, SUPRAM LESTE - boa tarde a todos, essa questão da
957 avaliação, isso é um tema que já vem sendo discutido aqui, isso começou com um processo
958 nosso de uma licença prévia de uma PCH, a própria SUPRAM sugeriu como condicionante que
959 fosse feito essa avaliação, aí o conselho retirou essa condicionante, e posteriormente com a PCH
960 Canastra esse assunto voltou a ser discutido no conselho e veio então a moção na época, e essa
961 análise realmente dá um conhecimento geral da situação, tem como a gente fazer uma análise
962 integrada mesmo né, considerando toda a área do empreendimento, não só o empreendimento
963 como é feito hoje, no entanto existe uma DN COPAM que saiu agora recentemente que exige
964 que seja feito em alguns cursos d'água em algumas bacias, a bacia do rio Doce mesmo, salve
965 engano é só a DO 4, não é pra toda bacia, então, assim, pra que a SUPRAM tenha condições,
966 tenha necessidade de solicitar isso ao empreendedor teria que vir uma orientação superior
967 mesmo, a agente não tem autonomia hoje pra solicitar esse estudo. WALESKA BRETAS
968 ARMOND MENDES, UNIVALE – tem muita coisa que a gente sabe que tem um viés político
969 aí no meio né, tem interesses aí que a gente sabe que vem de cima, como a gente vê o caso da
970 PCH aqui, não, da usina hidrelétrica de Baguari que houve uma solicitação via direta do
971 secretário, e até, tem o quê, uns seis anos que ela está nesse ad'referendum aí, mas a gente vê
972 isso claro em alguns empreendimentos, mas, desde quando aquela EPE, Empresa de Pesquisas
973 Energéticas, fez um levantamento na bacia hidrográfica do Doce da implementação do entorno
974 de umas trezentas e poucas PCH's e UHE's a gente vem ficando muito preocupado porque elas
975 estão sendo implementadas sem umas avaliações muito críticas, a gente viu aqui no caso do
976 próprio, na bacia do Suasui, empreendimentos em Coroaci que a distância de um
977 empreendimento do outro era 20 km, então assim, a gente está vendo aí que as coisas estão sendo



978 atropeladas né, a gente viu hoje aqui, isso também, mas a gente precisa realmente tomar uma
979 decisão séria e no caminho certo em relação a essas avaliações ambientais integradas, a coisa é
980 complexa né, é complicada muito na parte técnica, que a gente não tem técnicos na região pra
981 fazer esses tipos de estudos né, e a gente vê muito coisa sendo atropelada em detrimento da
982 qualidade ambiental e da qualidade de vida da nossa região e isso vem causando um dano que a
983 gente não vai ter como recuperar com o passar do tempo, então quando Dr. Leonardo fala dos
984 efeitos sinérgicos e cumulativos principalmente em relação às hidrelétricas, nós tivemos
985 exemplos claros aí, a própria Baguari é um exemplo claro desses né, que a gente vê lá um estudo
986 feito em relação a lâmina d'água alterando o ciclo hidrológico no micro-clima local, isso é um
987 efeito sinérgico né, e aí a gente está vendo aí que isso vai acontecer em várias outras que não
988 foram tomadas com definição de fazer uma análise desse jeito né, aí seria interessante de sair
989 mesmo uma solicitação desses estudos mais aprofundados e implementar na bacia toda e nas
990 bacias adjacentes nas nossas aqui. LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO –
991 eu penso muito na questão sobre o seguinte prisma né, sobre o seguinte ângulo, e aí pegando o
992 que o senhor colega, Wilson Starling falou, a primeira questão é o órgão ambiental, o órgão
993 ambiental que vai licenciar somos nós, é a URC, é o COPAM né, então o primeiro enfoque que
994 eu vejo, sobre o qual eu vejo problema é o seguinte, o órgão ambiental que vai licenciar, que não
995 é o secretário de estado, a não ser a licença ad'referendum né, nesse caso, que é o COPAM, que
996 é essa URC, pela norma ele deve considerar efeitos sinérgicos e cumulativos, e deve considerar a
997 questão no âmbito da bacia hidrográfica, a norma não fala avaliação ambiental integrada, ela não
998 usa esse termo, a norma que eu estou me referindo é a Resolução CONAMA, mas a Resolução
999 CONAMA fala, bacia deve ser considerada a bacia, a unidade de deliberação né, ou de
1000 conhecimento, de planejamento que é a bacia hidrográfica, essa norma ela é, digamos, repetida
1001 né, na lei de recursos hídricos né, então na lei 9.433 também e ela fala dos efeitos sinérgicos e
1002 cumulativos, muito bem, esses efeitos sinérgicos e cumulativos, eles serão realizados no âmbito
1003 do estudo prévio de impacto ambiental? Não, o estudo ele não consegue considerar esses efeitos
1004 né, porque o enfoque é apenas aquele empreendimento, então nós, nós licenciadores vamos nos
1005 contentar com a informação parcial? Nós vamos assistir a novela e não vamos ver o último
1006 capítulo da novela? O mais importante? Então eu acho que não se trata de fazer uma coisa que
1007 não seja a nossa responsabilidade, não se trata de querer uma coisa que esteja na pasta de outro,
1008 não é não, é na nossa pasta, e na nossa pasta isso se dá caso a caso em cada licenciamento
1009 ambiental, então nós deliberamos na reunião 69 que isso era de suma importância né, em razão
1010 de uma série de empreendimentos porque também naquela reunião nós estávamos, digamos
1011 assim, num ponto culminante de uma história de uma série de empreendimentos, então o
1012 problema ficou assim, afloro, digamos, ficou exposto né, e hoje é o primeiro caso em que o
1013 conselho deu a licença, primeira hidrelétrica, primeira PCH, desde daquela decisão que o
1014 conselho concedeu a licença sem considerar a avaliação ambiental integrada, desde aquela
1015 decisão essa foi o primeiro caso, tivemos CGH mas, nós mesmos entendemos que as CGH's nós
1016 não tínhamos como exigir que elas fossem incluídas nesse raciocínio, nessa linha, porque elas
1017 não entram no inventário, elas aparecem aqui, ali, e são muito pequenas, então elas realmente
1018 sobre o aspecto global elas não são tão expressivas, pelo menos aqui na nossa, porque já ouvi
1019 dizer que em outras regiões eles estão sendo mais exigentes com isso porque são muitas CGH's,
1020 mas no nosso caso, então a primeira coisa é essa, a questão é, vamos reafirmar o nosso
1021 compromisso de exigir a avaliação ambiental integrada e aí eu vou entrar na segunda questão que
1022 o senhor mencionou, a questão, oh, o empreendedor que puder fazer vai fazer, o empreendedor
1023 que não puder não vai fazer, na verdade, nesse caso mesmo da PCH Canastra eu acho que é um
1024 caso até realmente histórico, além daquelas questões que eu mencionei hoje, por outras, ele era o
1025 menor empreendimento da série de empreendimentos, eram 13 empreendimentos salve-me
1026 engano, e ele era o menor em capacidade e na ocasião isso foi levantado aqui no conselho, o



1027 próprio empreendedor de forma absolutamente correta, razoável ele colocou, poxa, mas eu vou
1028 fazer uma avaliação ambiental integrada, um estudo de toda bacia quando eu sou o menor
1029 empreendedor da bacia, e nós falamos assim, não, não estamos exigindo que você faça a
1030 avaliação ambiental integrada para você e pros outros, não queremos isso, isso daí alguém, o
1031 senhor tem que fazer ou com os demais em conjunto ou o estado tem que fazer, e desde então o
1032 estado puxou pra ele essa responsabilidade, e essas ele tem feito, ele tem feito, eu entendo que
1033 naturalmente ele tem que fazer em conjunto com empreendedores e é isso que diz a Deliberação
1034 Normativa, mas a Deliberação Normativa, pelo menos nessa parte dos empreendedores, também
1035 por uma observação nossa, do nosso dia-a-dia, uma observação pratica, conversa com os
1036 empreendedores eu posso adiantar, dificilmente vai ter uma avaliação ambiental integrada
1037 realizada pelos empreendedores, porque a própria PCH Canastra, que é o empreendedor que
1038 tinha mais de uma dessas séries de empreendimento, ele tinha alguns dos empreendimentos da
1039 série, ele colocou pra mim logo de cara e aqui na reunião uma reflexão, pensamento dele que de
1040 certa forma mostrou até o problema, ele falou o seguinte, pera aí, não vou conseguir que os
1041 outros façam comigo, sabe por que que eu não vou conseguir? Porque e se der que o deles, o
1042 meu é que não pode, e o deles pode? E se for o contrário, se der que o deles não pode e que o
1043 meu pode? Eu não quero concorrer pra isso, eu não vou botar meu dinheiro num negócio que
1044 pode dar que o meu não pode, e de certa forma isso até falado com toda a boa vontade, toda boa
1045 fé do empreendedor, não falou por uma questão, mas ele acabou até revelando um problema que
1046 na verdade é um problema do sistema ambiental brasileiro, que os estudos nunca dão pela
1047 inviabilidade, vocês já perceberam logo, porque o estudo é feito pelo empreendedor, cabe a ele
1048 dizer que é viável e nós temos é que concordar ou discordar dele, e a tendência, lógico, portanto
1049 é de que a maioria, se não todos os estudos dão pela viabilidade do empreendimento, e eu me
1050 recordo que a gente teve um empreendimento aqui apenas em que o estudo realmente falava
1051 realmente assim, isso é catastrófico, isso vai ser o fim do mundo, mas no final dava pela
1052 viabilidade, mas o estudo falava isso, o que atribuo a de fato a responsabilidade e honestidade
1053 intelectual do profissional que fez o estudo na parte de biologia, naquele empreendimento do
1054 aeroporto que ia ficar colado com o parque estadual do rio Doce, e o estudo falava, essa manobra
1055 do avião catastrófico, e eu falava assim, meu Deus, esse estudo nem parece ter sido feito pelo
1056 empreendedor, mas o biólogo que fez atestou, o único caso que eu vi desse modelo, e eu estou
1057 aqui nesse conselho desde a origem da Unidade Regional Colegiada, então, quantos anos que
1058 tem? Desde 2004, então eu, agora, dando pela viabilidade ou não dando pela viabilidade, melhor
1059 que sejam feitos os estudos do que não termos os estudos, porque aí nós estaríamos decidindo no
1060 escuro, estaremos decidindo ignorando aspectos que eventualmente vão ser colocados e, com os
1061 quais às vezes nós vamos poder conviver, inclusive superando os problemas, muitas vezes um
1062 estudo vai apresentar um problema que a gente jamais teria pensado nele, e o próprio estudo vai
1063 apresentar soluções, agora, a norma fala que eu preciso considerar efeitos sinérgicos e
1064 cumulativos que eu tenho que pensar na bacia, o conselho não vai considerar, vai fechar, vai
1065 considerar apenas para aqueles casos em que foi exigido, eu acho que aí nós estaremos
1066 cometendo um equívoco tremendo, inclusive porque nós vamos estar desestimulando a
1067 realização desses estudos, a tendência, se hoje a SEMAD, a SEMAD hoje ela está se esforçando
1068 pra fazer várias avaliações ambientais integradas, ela está correndo atrás porque está sendo
1069 exigido, isso partiu dos conselhos e das comunidades das associações, isso partiu foi da
1070 sociedade, e se nós falarmos o seguinte, não, a SEMAD só determinou realizar naquela parte da
1071 bacia X, então nós não vamos mais pedir em lugar nenhum, podem ter certeza, tendência cada
1072 vez mais é que a SEMAD não realize para as demais partes, não é por uma questão, eu não estou
1073 falando que a SEMAD, não estou, de forma tão assim, é, maquiavélica, não é isso, não estou
1074 insinuando nada disso, é porque esses estudos de fato eles são exigidos, é preciso você chamar
1075 atenção, acender uma luz vermelha, olha, aqui precisamos pra que as coisas se voltem para ali,



1076 pra que ajam o olhar dos órgãos, etc, para o problema, se nós não jogarmos um pano preto sobre
1077 a luz vermelha, simplesmente o problema vai ser absolutamente ignorado, a tendência é essa,
1078 então eu creio assim, não estou querendo então com isso atribuir, o empreendedor não vai fazer o
1079 estudo e não vai fazer, e se ele fizer ele vai fazer o estudo pra bacia inteira, ele vai beneficiar ou
1080 prejudicar a todos os demais empreendedores né, eu acho até que se alguém, vamos imaginar a
1081 PCH Canastra, se ela chegasse aqui e o empreendedor falasse o seguinte, eu vou fazer,
1082 provavelmente é que a maior chance aqui, a viabilidade pro dela existisse, né, e pra algum
1083 empreendedor eventualmente se houvesse a viabilidade, eu tenho certeza que haveria uma
1084 discussão, olha, não é viável, é viável, por causa disso, quer dizer, a discussão, a realização do
1085 estudo em si ela fomenta a discussão, não quer dizer também que o estudo falando que é viável
1086 será viável, eventualmente o estudo vai falar que é e nós vamos discordar, exatamente, mas nós
1087 vamos ter a discussão, nós vamos ter o debate, nós vamos discutir os aspectos, as medidas
1088 compensatórias, as medidas mitigadoras, de outro lado nós não vamos discutir nada, nós vamos
1089 passar de olhos fechados, pois não. WILSON STARLING, SEDE – só quero fazer um, bem, eu
1090 acho que o assunto é interessante, acho até que tem fundamento nas colocações do ilustre Dr.
1091 Leonardo, mas eu não me sinto em condição de tomar uma decisão aqui hoje em razão de eu não
1092 ter previamente estudado isso, então eu acho que poderia levar quase que pra casa né, pra todos
1093 os conselheiros, e numa outra oportunidade né, que seja na próxima reunião, ou que for lá,
1094 mesmo porque eu acho que uma ação nossa, dos conselhos sobre os órgãos que fazem as
1095 deliberações normativas, que é o Conselho Estadual de Recursos, quem é que emite essas, é o
1096 COPAM né, então que fosse até o primeiro passo uma, até tomar conhecimento até de como isso
1097 está funcionando pra gente ver né, pra gente poder estar aqui decidindo, decidindo com
1098 tranquilidade, sem estar nem ajudando e nem prejudicando, eu não me sinto em condição de dar
1099 aqui hoje um posicionamento, mesmo porque não fiz uma avaliação, não sei os outros
1100 conselheiros, de repente eles tem alguma posição, o sistema é democrático a maioria, o que a
1101 maioria decidir nós vamos ter que aceitar. LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO
1102 PÚBLICO – eu concordo plenamente com o senhor, eu acho que a gente deve de fato refletir, eu
1103 inclusive estou trazendo debate justamente porque nós temos colegas novos né, então eu apenas
1104 vou fazer remissão, essa questão foi discutida na reunião 69 né, então estou remetendo ao senhor
1105 pra análise da ata, da reunião 69 e eu não estou aqui querendo que nós, nós não vamos emitir
1106 deliberações normativas, é o próprio COPAM que faz através de outra fração né, o nosso, a meu,
1107 estou conclamando os colegas pra nós considerarmos essa questão nas nossas atribuições, que
1108 são as atribuições de licenciar, nas nossas atribuições vamos considerar isso sim, muito bem,
1109 não, muito bem, então é isso que nós temos que pensar, então é esse o chamado que eu estou
1110 fazendo, é até uma questão que foi definida ao precedente né, mas naturalmente nós temos outros
1111 colegas, precedentes devem ser mantidos? Nem sempre né, mas a gente precisa considera-los até
1112 pra que a gente possa até firmar uma posição contrária pra colocar um argumento novo,
1113 COPAM, secretário, ou nada disso, pelo contrário, é pra nós cumprirmos melhor as nossas
1114 atribuições, apenas as nossas. MARIA HELENA, SUPRAM LESTE – eu gostaria também de
1115 falar, na verdade, eu como professora, educadora, não sou professora, eu sou educadora, eu
1116 entendo de uma outra forma e uma forma muito mais ampla e mais precisa que é o
1117 comportamento das nossas universidades e o COPAM tem uma cadeira dedicada à comunidade
1118 científica, porque o estado, ele não dispõe de mecanismos para fazer um estudo dessa natureza, é
1119 tanto assim que quando ele se propôs ele convocou a universidade de Lavras pra o fazer, no meu
1120 entendimento esse papel preciso é da universidade, da comunidade científica que tinha que
1121 mostrar para o país através de seus ensinamentos o seu território, o seu patrimônio material e
1122 imaterial, os seus recursos naturais e os recursos de que dispõe a comunidade para que ela possa
1123 sobreviver em harmonia, com qualidade e bem estar, mas como educadora eu percebo que a
1124 universidade ela não cumpre esse papel, muito bem definido por Platão, lá atrás, ela tem que



1125 atuar do portão pra fora na comunidade e não do portão pra dentro, as teorias, as teses que são
1126 tão bem trabalhadas pelos nossos alunos, os nossos jovens ficam nas prateleiras, (*falhas na*
1127 *gravação*) mofo, baratas, tudo enquanto é tipo de inconveniente, mas não são levadas para a
1128 comunidade, a comunidade sequer participa, ela é citada muito sutilmente, e eu estou dizendo
1129 aqui, eu digo lá na URC onde eu presido, em Ubá, e universidade de Viçosa cada dia que passa
1130 nosso conselheiro tem se mostrado interessado e participativo no sentido de passar a exercer esse
1131 papel que é da universidade, da academia, nós estaríamos aqui, todos nós, principalmente eu,
1132 bem a vontade se diante de nós estivesse um estudo científico que provasse, só universidade
1133 pode fazer isso, ninguém mais, é lá que é o conhecimento, é a biblioteca, é a prateleira do saber
1134 que está ali e não nos é disponibilizada essa prateleira, tinha que estar aqui conosco pra que o
1135 estado se servisse desses estudos que são as monografias dos nossos filhos, da nossa juventude,
1136 que nós também um dia fizemos essas monografias, outros estão fazendo assim como eu estou
1137 fazendo até hoje, e não vou deixar de fazer, que agora estou preparando minha tese de doutorado,
1138 então o quê que acontece, se nós dedicamos a nossa juventude pra estudar o nosso território,
1139 porque que isso não vai ser disponibilizado pras pessoas, tantos estudos maravilhosos tem na
1140 bacia do rio Doce, de universidades que (*falhas na gravação*), Viçosa está na bacia do rio Doce,
1141 Lavras está aí com estudos maravilhosos e nós não aproveitamos por que? Porque o papel da
1142 universidade ainda não está claro pra própria universidade, o dia que a universidade tiver
1143 consciência do papel dela na sociedade essa discussão aqui não vai mais existir porque ela vai
1144 suprir essa lacuna horrorosa porque o conselho é um conselho multidisciplinar, o geólogo não
1145 tem obrigação de saber sobre a ictiofauna, assim como o Ministério Público se dedicou ao direito
1146 não tem obrigação de saber sobre as doenças endêmicas, não tem, ele é um profissional
1147 específico, mas a universidade sim, ela tem que vir aqui e dizer, esse questionamento está aqui a
1148 solução, esse é o parecer científico, cabem a vocês acatarem ou não a decisão cujo parecer ela
1149 está subsidiando, aí sim, esse é o papel e, nós como cidadãos, como conselheiros, porque eu
1150 também sou conselheira lá, nós temos a obrigação de convocar a universidade, a academia pra
1151 fazer o papel dela, trazer os estudos, o quê que essa juventude está fazendo, eu digo isso porque
1152 eu tenho aluno que não sabe o quê que vai desenvolver como monografia, por que? Porque
1153 universidade não subsidia, quantas questões nós levantamos aqui que esses alunos poderiam
1154 estar escrevendo sobre elas? Até porque eles iriam deixar de fazer o que estão fazendo e a gente
1155 sabe (*falhas na gravação*) pra estudar e subsidiar a sua velhice, pra serem os gestores, ocuparem
1156 os nossos lugares, porque um dia eles vão ocupar esses cadeiras, baseado em quê? Então porque
1157 que essas monografias não são escritas aí pra poder resolver tantas questões que nós estamos
1158 buscando a resposta com dificuldades de encontrar, por que? A medida que vamos procurando as
1159 coisas vão se acabando, depois nós não vamos ter como descobrir como elas aconteceram, que
1160 não vão restar vestígios, não vão, então nós temos que ter essa consciência e eu tenho certeza que
1161 todos os meus colegas aqui pesquisadores estão de acordo comigo, porque essa é uma falha e
1162 uma falha muito grande que nós temos que resolver, porque como, todos nós aqui presenciamos
1163 todos os dias, eu por exemplo, como superintendente ou como conselheira, ou como mãe, avó e
1164 tudo que eu sou e estou, eu vejo a falha da universidade me dá uma dor muito grande porque
1165 foram criados pra melhorar a nossa qualidade de vida e não entendendo esse papel até hoje,
1166 então esse conselho sim que é um conselho de políticas públicas de meio ambiente, questões
1167 sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais, o quê que eu falei ontem em Ubá? A
1168 mesma coisa, não foi? Onde é que estão essas questões? Nós não estamos discutindo ambiente,
1169 estamos discutindo meio ambiente, por isso que vem o patrimônio e material, questão cultural,
1170 questão ambiental, econômica, então fica aqui a minha sugestão como uma eterna amante das
1171 questões do meio ambiente, que eu passei a dedicar desde que entendi a necessidade disso, e é
1172 mais de 20 anos, só que uma formiguinha faz uma estrada, mas tão frágil que qualquer um
1173 destrói, agora, um bando de formiga faz um formigueiro que poucos destroem, vamos ser esses



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1174 formigueiros que trazem as universidades aqui pra cumprir o seu papel, aqui é o lugar delas e nós
1175 conselheira, que é também professora universitária ocupa né, a cadeira da comunidade científica
1176 devia levar essa mensagem, conselheira, pra que eles possam vir aqui apresentar propostas de
1177 monografias com seus alunos, põe essa turma pra pesquisar e trazer soluções que no futuro nós
1178 vamos usar pra defendermos as nossas teses, nenhum de nós tem capacidade de ficar defendendo
1179 tese com um simples parecer da SUPRAM, não é mesmo? Desculpem-me, mas eu não poderia
1180 deixar de falar o que eu disse. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
1181 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – pois não, conselheiro. RAIMUNDO RODRIGUES
1182 PEREIRA, FAEMG – a colocação do Dr. Leonardo é realmente importantíssima e acho
1183 realmente difícil a gente decidir coisas aqui sem o embasamento, sem o conhecimento real
1184 daquilo que se quer aprender e da sua consequência futuras para a sociedade como um todo, mas
1185 a Maria Helena faz a colocação que eu acho que oportuníssima, porque na verdade nós não
1186 somos aqui encarregados ou não temos a função de elaborar política públicas, políticas
1187 ambientais ou ambientalistas, nós estamos aqui, eu pelo menos entendo para aplicar, ajudar a
1188 aplicar a política ambiental, eu fico pensando, por exemplo, e nós técnicos temos dificuldades de
1189 entender qual é o impacto de determinado empreendimento porque são coisas novas que a gente
1190 não teve ainda a oportunidade de analisar a longo prazo suas consequências, eu me lembro que
1191 certa vez nós elaboramos um projeto, uma cultura de milho aqui próximo ao Narc, pra cá do
1192 Narc um pouco, entre Narc e Periquito eram 60 hectares de milho, sendo 51 numa área que
1193 realmente foi alagada e tive a oportunidade de supervisionar de canoa, aliás, de barco e o pendão
1194 de milho, nós estávamos a nível dos pendões de milho, aí mandamos o relatório completo para o
1195 banco central, aliás, banco do Brasil pedindo benefício para o produtor pró-água e não foi
1196 aprovado esse pedido e a alegação da entidade bancária é que na verdade aquela cultura tinha
1197 sido aplicada ao longo do rio, ou seja, na, margem do rio, e em outras palavras, aquela área fora
1198 rio anteriormente, então muitas vezes a gente pensa em impacto ambiental, impacto ambiental já
1199 ocorreu praticamente a 100 anos atrás, muito desses que nós estamos falando de impacto
1200 ambiental, na verdade, no caso que me referi a empresa aí de água, na verdade em muitos casos
1201 nós estamos voltando ao que era antigamente até mesmo corrigindo determinados impactos, eu
1202 não sou ligado à área de hidrologia, me reserve o direito de apenas emitir uma opinião de
1203 engenheiro agrônomo, então muitos daquilo que a gente acha que é impacto, mas na verdade nós
1204 estamos é, trabalhando no sentido contrário ao impacto, de voltar ao que era antes, mas será que
1205 é verdade o que eu estou pensando e falando aqui? Então nós precisamos de maior conhecimento
1206 a respeito do assunto e eu concordo plenamente com a Maria Helena, eu acho também precário
1207 e, muita gente que definiu estratégia de ação nessa área, já que não é um problema ligado apenas
1208 à nossa bacia, apenas a nossa região, mas é o estado e o país como um todo, então eu acho
1209 realmente, Maria Helena, nós precisamos, nós carecemos da atuação das instituições do saber, no
1210 caso da universidade, e baseado nesses estudos nós poderemos trabalhar evidentemente melhor,
1211 muito obrigado. JOSÉ ANGELO PAGANINI, FUNDAÇÃO RELICTOS – bom, eu concordo
1212 plenamente com o Dr. Leonardo, quanto à necessidade do conselho se posicionar sobre a questão
1213 da avaliação integrada ambiental, bom, a única forma seria através do consenso de seus membros
1214 aprovarem nada que não tivesse essa variação, esforçaria de fato que essas variações fossem
1215 feitas, a SEMAD está desenvolvendo essa ferramenta de uma avaliação, nós em reunião com o
1216 secretário e ele já apresentou essa ferramenta que tem elaboração, então acho muito difícil a
1217 conclusão dessa ferramenta e a disponibilização para os técnicos da SUPRAM utiliza-las e fazer
1218 a, mesmo que ela seja incompleta, não seja uma avaliação 100% verdadeira, mas seria um início
1219 pra ser caminhado, outra coisa que eu acho importante é que esse conselho deveria produzir uma
1220 moção ou qualquer coisa nesse sentido e encaminhado tanto ao secretário lá de meio ambiente
1221 nesse sentido pedindo que fosse feito essa avaliação para os empreendimentos na área de atuação
1222 desse conselho, quanto também acionar os comitês de bacia que tem responsabilidade em definir



1223 o quê, como, e de que forma vai ser o uso de recursos hídricos na sua bacia, de exigir essa
1224 avaliação integrada pra que ele de a anuência a esses processos de outorga de uso da água da
1225 bacia nesse sentido, eu acho que o conselho faria um bom trabalho acionando as pessoas ou
1226 entidades que tem o direito e o dever de fazer as deliberações para que o pessoal técnico da
1227 DSUPRAM pudesse seguir essas determinações. LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO
1228 PÚBLICO – eu queria encerrar apenas dizendo que na próxima reunião vou trazer uma coisa
1229 formalizada, espécie de uma moção, que a gente possa deliberar, mas eu queria dizer, eu
1230 concordo totalmente com o que a Maria Helena falou, eu acho até que nós estamos todos aqui
1231 falando a mesma coisa né, e essa questão das universidades, só queria fazer uma reflexão, o
1232 seguinte, as universidades elas funcionam assim como, é preciso de um mecenas né, é preciso ter
1233 um, é preciso que aquele conhecimento produzidos por elas tem uma aplicação prática, então
1234 vejam, a Maria Helena deu um exemplo concreto disso, que é essa ferramenta que está sendo
1235 desenvolvida porque houve uma demanda pra secretaria de estado de meio ambiente através
1236 daqui mesmo, naquele nosso entendimento e daquela ação, uma ação que foi promovida pelo
1237 Ministério Público em que o juiz determinou que fosse feito porque está na norma que deve ser
1238 considerado esses efeitos sinérgicos e cumulativos e, por causa dessa demanda a secretaria
1239 passou a patrocinar junto à universidade o desenvolvimento dessa ferramenta, não é, então
1240 porque que os biólogos, os agrônomos, os engenheiros, os geólogos, os engenheiros de Minas,
1241 eles não vivem de ar, de vento, eles precisam ser remunerados, eles precisam ser patrocinados,
1242 eles são patrocinados na medida em que eu tenho um empreendimento que vai causar impacto,
1243 na área de biologia eu vou ter um profissional responsável técnico, então, quer dizer, isso daí na
1244 verdade é uma coisa básica, primária né, o que seria, será que nós teríamos é, a Moraliza do
1245 Leonardo, nós teríamos as estátuas do Miguelangelo se eles não tivessem aquelas pessoas que na
1246 ocasião primavam por ter essas obras de arte e custearam o desenvolvimento porque eles são
1247 estudiosos né, são, e a mesma coisa acontece no campo universitário, então as universidades elas
1248 produzem o conhecimento à medida que elas são demandadas pra isso, e se eu não preciso
1249 daquilo, se eu não preciso que nenhum biólogo vai dizer nada aqui sobre o que vai acontecer
1250 com peixe, ou com nenhum engenheiro civil, vai me dizer se a obra vai resistir, aquela água toda
1251 que está sendo barrada ali, naturalmente eles vão migrar pra outro campo, pra outras áreas, pra
1252 outros estados, pra outros locais em que o conhecimento deles sejam demandados, seja
1253 necessário, então o conhecimento deles é necessário, e nós somos uma unidade que demanda o
1254 conhecimento, porque nós somos uma unidade de decisão, mas pra nós tomarmos a decisão nós
1255 precisamos ter conhecimentos, como disse o próprio senhor Raimundo, ah, eu fico pensando, são
1256 tantas coisas que mudam, às vezes eu fico com dúvidas como decidir, conversava sobre isso com
1257 a D. Alice ela falava, nossa, eu leio aquilo e fico perplexa, aí eu falei pra ela, mas nós temos a
1258 equipe da SUPRAM, então nós confiamos nessa parte na equipe da SUPRAM, mas também nós
1259 confiamos nos outros conselheiros, nós temos um conselheiro ali que de repente é engenheiro de
1260 Minas, então quando cair uma coisa ele fala alguma coisa, quantas vezes incontáveis a Dra.
1261 Waleska levantou e colocou questões, ah não, esse animal não tem aqui, esse animal não está em
1262 extinção, esse animal está em extinção e está falando que ele não está, etc, etc, e quantas vezes
1263 eu mesmo levantei pra comentar alguma coisa da norma, etc, então nós convergimos aqui os
1264 nossos conhecimentos, mas precisamos também ter esse conhecimento de fora, e nos locais onde
1265 as universidades às vezes não tem esse conhecimento, mais ainda nós precisamos da avaliação
1266 ambiental integrada, essa avaliação ambiental integrada, via de regra, ela é feita, é um estudo
1267 secundário, ela é feita através de dados secundários, quer dizer a avaliação ambiental integrada é
1268 diferentemente do estudo de impacto ambiental, não tem aquelas coisas de eu ir lá no campo, deu
1269 capturar o animalzinho, deu estudar pra saber que animal que tem ali, botar armadilha
1270 fotográfica, a avaliação ambiental integrada é muito produzida em cima de dados secundários né,
1271 de atlas, de levantamentos, de outros estudos, etc, acontece que em muitos locais como o



1272 desenvolvimento é novo nós não temos esses dados porque não fizeram um estudo ali porque
1273 ninguém se interessou pela fauna dali, e coisa, que é um dado diferencial, uma referência, e eu
1274 sou capaz de responder porque, porque não havia desenvolvimentos naquela região que já
1275 estivesse ensejado a produção de algum estudo, então eu vou me valer de analogia, vou me valer
1276 de casos semelhantes do vizinho, não é, então se a gente for pegar, de repente nós vamos estar
1277 utilizando coisas de outros estados, de outra situação que não tem nada a ver com a nossa
1278 realidade, mas não importa, todo conhecimento que nós pudermos demandar vai ter uma boa
1279 aplicação, ainda que a gente entenda de forma divergente daquele entendimento ou não, está
1280 falando aqui que é pelo deferimento, mas nós vamos indeferir, não importa, as coisas criam
1281 maior campo, maior fundamento, maior base pra nossa decisão ser uma decisão mais segura, e
1282 pra uma decisão que a gente possa conviver com ela amanhã, semana que vem, mês que vem ou
1283 daqui a dez anos, eu não posso, o que eu não posso admitir é que daqui a dez anos a gente já
1284 conclua assim, ah, não poderia ter feito assim, isso daí, isso daí era um treco de doido, totalmente
1285 fora do, só que, só hoje é que nós sabemos, mas na época tinha tecnologia, tinha conhecimento
1286 pra detectar isso, uma coisa é eu falar o seguinte, olha gente, fumei a vida inteira, mas ninguém
1287 sabia que fumar fazia mal, ninguém sabia, então tudo bem, isso é perdoável, agora, outra coisa é,
1288 fumei a vida inteira, sabia e não quis levar em consideração, não procurei saber mas estava
1289 publicado e todo mundo dizia, mas é uma coisa absolutamente diversa, então essa que é a nossa
1290 reflexão, que eu peço aos senhores que considerem com todo o cuidado, sabendo que nós
1291 atuamos envolvendo questões muito variadas, interesses muitos variados, de pessoas de todo
1292 tipo, da comunidade né, e as pessoas pensam que aqui quando nós estamos dando uma licença,
1293 nós estamos firmes, estamos convictos, estamos certo, dando uma coisa que é pra ser dada
1294 mesmo, que aquilo era pra operar, etc e tal, então as pessoas tem essa impressão, quando eu fico
1295 sabendo que o bombeiro liberou um prédio, pra mim aquele prédio tem escada de incêndio, tem
1296 luz pra saída, tem condições, eu não posso admitir jamais que o bombeiro vai dar uma licença de
1297 instalação de pânico, etc, pra um negócio que não tenha saída, e ainda que nós sejamos só uma
1298 unidade, e o estado tem vários Unidades Regionais Colegiadas, nós somos só uma, mas nós
1299 precisamos pensar, não podemos ficar esperando, se nós estamos debatendo isso aqui hoje, se os
1300 outros não debateram, estamos mais avançados, e nós temos que dar exemplos pros outros, nós
1301 não podemos ficar a reboque, ou ficar esperando que alguém vai nos dar o exemplo, dar o
1302 exemplo dentro das nossas atribuições, das nossas atribuições, não invadindo as atribuições dos
1303 outros, mas dando exemplo a partir das nossas atribuições, então nós não podemos falar assim,
1304 ah, não, isso aí é uma coisa e tal, e eu me recordo, realmente pra encerrar, em uma oportunidade,
1305 eu tive com o prefeito, ele fez uma marca pra cidade que era a marca do partido, era o símbolo
1306 do partido, e na ocasião me reuni com ele, já até faleceu, que era o prefeito Fassarella, me reuni
1307 com ele e falei, seu prefeito, essa marca o senhor não pode usa-la, que essa marca não é marca
1308 do município, essa marca é a marca do partido do senhor, então fiz uma recomendação pra ele,
1309 pra que ele substituísse a marca, ele falou comigo assim, ué, mas o Fernando Henrique também
1310 tem uma marca e a marca dele é a marca também do partido dele, a marca de número 8, então o
1311 8 que era um símbolo de 8 anos, ou então de infinito, que o símbolo do infinito é 8, Fernando
1312 Henrique tem a marca que é o infinito que é o 8, ele me argumentou muito, conversando de
1313 forma muito tranqüila né, como era o jeito dele conversar e tal, eu falei com ele, (*falhas na*
1314 *gravação*) aí ele falou comigo, o senhor vem cobrar isso de mim, eu falei com ele, senhor
1315 prefeito, eu só sou promotor de Valadares, se eu fosse o Procurador Geral da República eu
1316 cobraria isso do Presidente da República, mas eu sou o promotor só de Valadares, e o senhor
1317 prefeito de Valadares, então a minha obrigação é cobrar do senhor, nós somos Unidade Regional
1318 Colegiada Leste Mineiro, nós vamos decidir os processos do Leste Mineiro, então nós
1319 precisamos decidir os processos do Leste Mineiro com excelência, e os demais se gostarem do
1320 exemplo, e se o exemplo for bom que sigam o exemplo, se não gostarem não sigam, o problema



1321 é deles, mas nós temos que dar o nosso exemplo porque nós temos que atuar de forma segura
1322 com a nossa consciência, e as informações são importantes, entre elas, essa avaliação ambiental
1323 integrada, então é com essa mensagem que eu encerro pedindo aos senhores que tenham
1324 paciência porque na próxima eu vou retornar com esse assunto né, pra que a gente talvez possa
1325 definir uma posição, que eu acho que a posição nossa não pode nem ser uma posição de maioria,
1326 tem que ser uma posição que todos possam conviver com ela, temos que chegar a uma posição
1327 de consenso né, de unanimidade como foi a posição que nós chegamos na reunião 69, pra
1328 mantermos aquele entendimento nós também devemos mantê-lo através da posição
1329 absolutamente consensual, ok, obrigado. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
1330 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – muito bem, eu tenho algumas contribuições pra
1331 fazer também, que lá na Zona da Mata, Maria Helena é testemunha, a discussão tenha ocorrido,
1332 até acredito que não da forma como gostaríamos, o nível de profundidade como está ocorrendo
1333 aqui, mas é uma discussão que vem crescendo a cada reunião, e por hora nós estamos restritos
1334 nas questões pontuais dos processos (*falhas na gravação*) como sempre, como em vários
1335 institutos né, o próprio modelo de gestão de deliberação dos processos, Minas Gerais avançou
1336 também e continua à frente com essa norma, norma corajosa que o secretário, obviamente houve
1337 muita discussão né, houve muito amadurecimento pra gente chegar nesse ponto, mas o secretário
1338 corajosamente tirou do terreno abstrato, da utopia, a avaliação ambiental integrada que até então
1339 era uma coisa muito difícil às vezes de se ponderar pra gente implementar né, e trouxe pro
1340 ordenamento, pro terreno da realidade o instituto né, traçou as suas primeiras linhas e a norma da
1341 Deliberação Normativa 175 está lá na CNR, está lá na Câmara Normativa Recursal em
1342 discussão, houve pedido de vistas e a norma precisa de adequações, é fato, ela tem alguns pontos
1343 que a gente, nos deixam impossibilitados de aplicar o instituto da forma como gostaríamos né,
1344 então ela sofrerá alterações, acréscimos e tudo e essas modificações a serem propostas e a serem
1345 deliberadas vão ser com certeza importantes né, pra que a gente possa aplicar o instituto, um
1346 exemplo, nós não temos critérios objetivos pra solicitar pra determinar a avaliação ambiental
1347 integrada, é necessário que haja critérios objetivos, e aí eu vou dar um exemplo, na Zona da
1348 Mata nós temos algumas CGH's, duas próximas das outras, e outras não próximas de nenhum
1349 empreendimento hidrelétrico né, e a discussão como eu disse no início da minha fala ela tem sido
1350 pontual, ah, nós vamos exigir, o estudo da bacia toda pra instalar essa CGH, só que a CGH em si
1351 ela não tem o impacto considerável, o impacto que enceje, ou que motive alguma maneira
1352 tecnicamente o estudo da avaliação ambiental integrada da bacia toda, então é necessário
1353 solicitar o estudo da bacia toda pra instalação dessa CGH? São questões que nós estamos
1354 discutindo, tecnicamente na maior parte dos casos nós entendemos que não, então, mas a norma
1355 não trouxe esses critérios objetivos né, qual vai ser esse corte, eu até, nas últimas duas reuniões,
1356 tive que intervir né, de alguma maneira né, Maria Helena, e tentar também induzir a reflexão dos
1357 conselheiros nesse sentido né, a norma trouxe uma inovação, mas nós temos que saber como
1358 aplica-la, bem aplica-la, o primeiro ponto é o seguinte, nós temos que estabelecer um corte, já
1359 temos empreendimentos que existem a muitos anos, que já estão instalados e aí é necessário
1360 ressaltar essa evolução né, a gente amadureceu muito enquanto sociedade, até anos atrás não
1361 tinha nem licenciamento né, depois os processos passaram a existir, nós avaliamos os impactos
1362 de cada um e agora nós estamos dando mais um passo né, nós estamos avaliando não só aquele
1363 impacto pontual, mas estamos avaliando aquele impacto dentro de um contexto, um cenário de
1364 empreendimentos hidrelétricos que envolvem uma série de fatores né, e é diferente das outras
1365 tipologias sem dúvida alguma, mas estamos evoluindo né, e dentro dessa evolução estamos
1366 justamente acho que no segundo momento né, que é o momento que é agora buscar como ou
1367 implementar o instituto, o instrumento né, havia uma idéia né, essa idéia se tornou realidade, e
1368 agora a gente tem que buscar implementar, esses empreendimentos antigos, como eu ia dizendo,
1369 é necessário estabelecer esse corte né, infelizmente os nossos rios já estão na sua maior parte



1370 naqueles pontos em que há possibilidade de um aproveitamento energético já estão com os
1371 empreendimentos instalados e empreendimentos já planejados né, inventariados pela agência
1372 nacional de energia elétrica a ANEEL, e muitas vezes sem qualquer critério técnico que levasse
1373 em consideração as questões ambientais, então nós temos um cenário já posto né, que enfim, ao
1374 longo do último século se estabeleceu, temos que pensar daqui pra frente, como é que nós vamos
1375 aplicar o instrumento daqui pra frente, o quê que é possível recerter, o quê que é possível evitar
1376 daqui pra frente, reversão, acho quase 100% dos casos seria impossível, mas eu acho que não
1377 seria de todo impossível né, agora, pros novos empreendimentos a gente tem que estabelecer
1378 esse corte, ou seja, como e quando nós vamos aplicar esse instrumento né, essa que é a grande
1379 reflexão e é importante que isso seja debatido exaustivamente nas Unidades Regionais
1380 Colegiadas porque é daqui, dessas decisões que nós vamos ter um resultado, nós vamos ter uma
1381 medida por parte da secretaria, por parte da sociedade, então é necessário fazer essas
1382 considerações, será que é o caso de dar encaminhamento pro deferimento em todos os casos, em
1383 todas as hipóteses que surgirem aqui, em todos os processos? Qual que vai ser o critério aqui eu
1384 não estou meramente provocador e não de contestação, porque isso é um exercício que nós
1385 temos que fazer em conjuntamente, é um exercício coletivo, porque nenhum analista ambiental,
1386 nenhum superintendente quer conduzir um processo, quer concluir um processo com o parecer
1387 que no futuro possa ser questionado pela sociedade, pelos nossos filhos, nossos netos né, como é
1388 que não pensaram nisso, como é que não viram isso, então da nossa parte há uma grande
1389 responsabilidade, mas ao mesmo tempo, e aí eu acho que o fator político não fala tão alto né, eu
1390 acho que nesse ponto a gente tem que estabelecer isso aí como premissa né, falou tempos atrás
1391 quando não tinha nem licenciamento as coisas eram decididas de qualquer forma, hoje não, hoje
1392 as decisões são transparentes, são compensadas né, então esse mecanismo já é um filtro né, que
1393 nós temos um filtro muito eficiente, agora, como aplicar um instrumento, quando efetivamente
1394 ele é necessário? Essa é que a questão que nós vamos ter que amadurecer, no nosso
1395 entendimento, eu vou me ater aqui prazo concreto no caso das CGH's que nós levamos em
1396 deliberação, o conselho até, houve uma manifestação do Ministério Público sugerindo a baixa
1397 em diligência pra elaboração da avaliação ambiental integrada da bacia, essas decisões foram,
1398 nós submetemos isso à votação né, Maria Helena, e o conselho em todos os casos entendeu que
1399 não era necessário pra aqueles empreendimentos, pros próximos que virão, empreendimentos
1400 maiores, PCH's (*falhas na gravação*) nós vamos ter que cria-los, vamos ter que pensar muito a
1401 maneira de chegar no ponto de equilíbrio que é o ponto ideal, digamos assim, pra exigir e pra
1402 implementar o instrumento né, da avaliação ambiental integrada, então é, nós, Maria Helena foi
1403 lá na Zona da Mata, extrema importância as intervenções que ela fez no sentido de convidar o
1404 conselho a conhecer alguns empreendimentos pra que pudesse também avaliar, agora, essa
1405 avaliação ajuda na compreensão do senado, o contexto né, mas ainda sim nós estamos diante de
1406 uma indefinição de critérios técnicos, objetivos, então o que eu quero dizer é o seguinte,
1407 estabelecer uma metodologia ou estabelecer um critério que seja radical talvez não seja o
1408 caminho ideal né, será que todos os empreendimentos hidrelétricos vão precisar da avaliação
1409 ambiental integrada? Talvez a resposta seria sim, mas pode ser que não né, assim como nós já
1410 sabemos, temos certeza que todos não estão, não devem estar isentos da avaliação ambiental
1411 integrada a gente também tem que pensar no outro extremo, será que tudo tem que passar pela
1412 avaliação ambiental integrada? O quê que é que esse instrumento efetivamente pode trazer pra
1413 agregar valores aos estudos específicos pra aquele empreendimento, então é uma questão que a
1414 gente pode ficar aqui debatendo dias e dias, horas e horas juntamente com o que foi trazido pelos
1415 senhores, especialmente pelo Dr. Leonardo, também gostaria de fazer essa reflexão, porque nós
1416 temos o dever de aplicar um instrumento da forma correta para os fins a que se destina, mas
1417 temos também para isso que criar os mecanismos, criar os critérios técnicos mínimos pra que o
1418 instrumento possa ser aplicado, então é isso que eu peço aos senhores né, que nós possamos



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1419 refletir no correr desse mês, mês que vem a contribuição virá, seja na forma de moção, seja no
1420 desenrolar de novas discussões, mas é preciso ponderar esse fato, a gente não pode simplesmente
1421 exigir algo que talvez não seja factível, talvez não seja realmente exequível, até porque, como
1422 bem disso o Dr. Leonardo, como que nós vamos, como é que isso vai se organizar, como é que
1423 os empreendedores vão se organizar pra elaborar esses estudos, isso vai acabar recaindo, acho
1424 que, acredito que no estado, que eu acho que é a maneira mais correta sim porque se nós formos
1425 aguardar a iniciativa dos empreendedores ou que eles se organizem né, pra elaborar um estudo,
1426 isso não, a tendência é não sair né, porque eles tem interesse diversos, então o estado tem que
1427 assumir isso, e já o fez né, nós tivemos recentemente publicado a Resolução SEMAD 1.605, é
1428 uma Resolução que já determinou a suspensão de alguns processos de licenciamento e algumas
1429 unidade de planejamento de recursos hídricos, o próprio secretário já determinou que esses
1430 empreendimentos nessas bacias, nessa Unidade, esses processos estão parados pra finalização da
1431 avaliação ambiental integrada e vamos certamente ter outras normas com outras convocações pra
1432 esse estudo, então o que eu peço aos senhores é, que estudem a questão assim como nós estamos
1433 estudando pra que nós possamos chegar num ponto ideal, num ponto de aplicação correto do
1434 instrumento sem criar requisitos desnecessários e sem também desperdiçar o que ele nos pode
1435 trazer de informação e de, enfim, de instrução pros processos. WILSON STARLING, SEDE -
1436 talvez eu não sei, se eu estiver falando bobagem vocês me corrijam, talvez não fosse oportuno a
1437 própria SUPRAM Leste reunir todas as bacias aqui em Valadares e a gente fizesse um dia de
1438 discutir esses tipos de coisa até mesmo pra que não fique só a nível de URC, fica a nível de toda
1439 a bacia e de todos pra gente poder estar discutindo essa questão e sair com um posicionamento
1440 realmente do Leste de Minas, eu acho que teria muita força tanto do, comitê de bacia? Pois é,
1441 não sei, ou talvez se articulasse. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
1442 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – é possível salutar que nesse momento a interação e
1443 a interlocução com os comitês seja a mais próxima possível, porque os comitês tem todo o
1444 interesse em realizar esses estudos, e alguns deles já tem algo produzido né, através de suas
1445 agências, então, lá na nossa região, por exemplo, o Paraíba do Sul já vem desenvolvendo estudos
1446 não só com relação, diagnóstico da bacia, medidas de recuperação da bacia, mas com relação a
1447 impactos cumulativos sinérgicos, avaliação ambiental integrada daquela bacia, é importante a
1448 gente buscar essa interação. MARIA HELENA, SUPRAM LESTE – eu entendo e tenho
1449 praticamente certeza disso, que o comitê de bacia, essa é uma das atribuições, uma das razões
1450 pelas quais ele foi criado, obrigação dele não é só ser comitê e arrecadar, não, ele tem obrigação
1451 sim de conhecer o seu território, as suas fragilidades, propor medidas, isso tudo é papel do
1452 comitê, isso é papel dele, agora, se ele não tem consciência de cumprir o seu papel, então aí a
1453 sociedade civil tem que coloca-lo no devido lugar, é uai, pra isso ele tem inclusive as câmaras
1454 temáticas pra promover os estudos, então o comitê do rio Doce ele tem que se ater a sua real
1455 situação, as suas fragilidades, as suas demandas, as suas propostas e essas sim podem vir, podem
1456 ser encaminhadas a nós, porque nós somos o quê, sujeitos cumpridores daquilo que eles
1457 determinarem, eles é quem vão determinar, comitê vai dizer a sua fragilidade e nós no nosso
1458 parecer vão fazer constar essa fragilidade, agora, não somos nós que vamos lá determinar, pra
1459 isso que existem e foram criados com apoio de que a sociedade civil, do poder público, de todo
1460 mundo, então ta na hora desse pessoal tomar posição né. ALICE LORENTZ DE FARIA
1461 GODINHO, MOV. PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – uma pergunta, por gentileza,
1462 quantos representantes de comitê tem aqui no conselho? Não, eu sou de comitê, mas eu
1463 represento aqui uma organização não governamental, tem cadeira aqui o comitê? Olha, por
1464 gentileza, vocês me poderiam repassar isso por acaso eu faço parte do colegiado coordenador do
1465 fórum mineiro de comitês e nós temos uma diversidade muito grande de estágios dos comitês,
1466 temos comitês muito novos, outros mais antigos, alguns já fecharam, outros estão aí bambeando
1467 as pernas e nós não temos tido o apoio, os comitês não tenham tido o apoio que deveriam ter,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1468 mas eu gostaria que isso me fosse repassado até pra discutir no fórum, na próxima reunião do
1469 fórum, porque há uma reclamação muito grande da falta de abertura para os comitês se
1470 apresentarem no conselho estadual de recursos hídricos, aqui eu não sei, em algumas unidades e
1471 outras também. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER, SUPERINTENDENTE ZONA DA
1472 MATA – vamos providenciar conselheira. LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO
1473 PÚBLICO – eu acho que a questão deve ser de fato discutida nos comitês, a interlocução deve
1474 ser próxima no momento, mas a avaliação ambiental integrada é instrumento daqui né,
1475 instrumento ambiental, que é instrumento da política nacional de meio ambiente, a avaliação
1476 ambiental, então também acho que devemos suscitar o debate nos comitês, mas nós precisamos
1477 decidir aqui no órgão ambiental. LEONARDO SORBLINY SCHUCHTER,
1478 SUPERINTENDENTE ZONA DA MATA – ok senhores, vamos encerrar? Agradeço a presença
1479 de todos, espero vê-los mês que vem se Deus quiser, um abraço, muito obrigado pela
1480 contribuição, até a próxima, boa tarde.